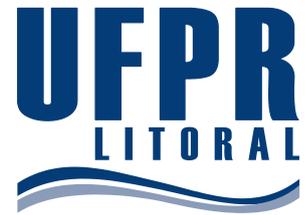




Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral

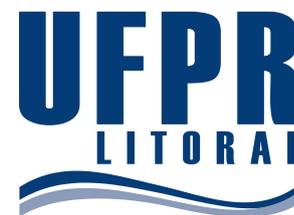


**PROGRAMA PROCAMPO –
SESU/SECADI/SETEC EDITAL 02
SETEMBRO/2012
CURSO ESPECIAL DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

UFPR/ Setor Litoral

SUMÁRIO

Licenciatura em Educação do Campo.....	4
Justificativa.....	9
Metodologia.....	11
Marco Conceitual e Metodológico.....	12
Objetivos do Curso.....	14
Diagnóstico da Situação Atual da Formação de Profissionais para a Docência para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio: Descrição do Sistema Público de Educação Básica.....	17
Perfil do Egresso.....	21
Papel do Docente e Estratégia Pedagógica.....	24
Caracterização do Curso.....	25
Dados do Curso.....	28
Critérios de Ingresso.....	29
Núcleo Docente Estruturante.....	32
Estrutura Didática Pedagógica.....	33
Biblioteca.....	35
Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência.....	36
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e educação ambiental.....	38
Avaliação do Curso.....	40
Avaliação do Curso.....	40
Matriz Curricular.....	43



Relação da Matriz Curricular com Projeto Político Pedagógico Institucional.....	51
Plano de Ensino.....	52
Estágio	83
Diretrizes das Atividades Formativas Complementares (Afc) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR – Setor Litoral.....	96
Normas para Apresentação do Trabalho de Conclusão De Curso (Tcc).....	103

1. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este Projeto Pedagógico responde às previsões do edital de chamada pública nº 02, setembro de 2012 SESU/SECADI/SETEC para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial com a oferta inicial de 120 vagas.

Os fios que tecem esta proposta de parceria se fortalecem pelas semelhanças de princípios que regem os entes envolvidos – MEC/SECADI e UFPR - Setor Litoral na responsabilidade que ambas demonstram com o desenvolvimento social sustentável; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; princípios básicos da agroecologia e do PROCAMPO; e consolida os marcos legais da Educação do Campo.

O Setor Litoral da UFPR, instituição que abarca essa proposta, está entrelaçado aos sete municípios do litoral Paranaense (Guaratuba, Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Matinhos, Paranaguá, e Pontal do Paraná) que é marcado por ciclos de exploração e abandono. A população de ilhéus, povos da Floresta, ribeirinhas, caiçaras, pescadores, quilombolas, assentados, acampados e agricultores familiares vivem em um processo de invisibilidade social. Enfrentam dificuldades de acesso a saúde, transporte e principalmente a educação, chegar a comunidades distantes é praticamente um desafio. Além do Litoral temos também a região do Vale do Ribeira no estado do PR, possui os municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, e a maioria dos seus habitantes é considerada população do campo. Temos aqui nesta Região alguns rápidos destaques: a maior fatia contínua da Mata Atlântica do Brasil, patrimônio natural da humanidade, dezenas de ilhas e vidas

oprimidas por baixíssimos IDHs, inclusive o penúltimo lugar no ranking do Estado pertence ao Vale do Ribeira, que é considerado território da cidadania.

Devido a esse contexto o Setor Litoral tem um Projeto Político Pedagógico (PPP) construído com base na realidade das comunidades do Vale do Ribeira e Litoral Paranaense, que busca a construção da autonomia e o comprometimento social dos sujeitos. E cabe ressaltar que a proposta do curso de Licenciatura em Educação do Campo passa a constituir, juntamente com os demais Cursos, um elemento a mais no avanço da Universidade Federal do Paraná e do Setor Litoral para a consecução de seu propósito maior que é proporcionar uma educação gratuita e de boa qualidade, bem como a possibilidade do acesso aos muitos que ainda se encontram excluídos deste bem que já deveria ter sido universalizado.

Dessa forma, a Licenciatura em Educação do Campo por meio da troca contínua de saberes acadêmicos e experiências práticas de educadores vivenciadas nas diferentes realidades locais, vem possibilitar a continuação de um trabalho já consolidado por esse Setor.

É importante salientar que o que nos ajudou nessa proposta apresentada foi a construção de forma coletiva com docentes da Universidade, Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal do Morro Alto, Representantes do movimento Quilombola nas Ilhas de Guaraqueçaba, Escola Estadual do Cubatão em Guaratuba e representantes da Educação do Campo no Conselho Estadual de Educação de Paranaguá e representante da Pastoral da Criança do Litoral Paranaense. Durante a Pré – Conferência da Educação do Campo do Litoral Paranaense, que foi realizada dia 20 de setembro de 2012, discutiu-se entre os grupos a importância de uma Licenciatura em Educação do Campo que atendesse as demandas dos povos do campo, dessa forma, construiu-se um diagnóstico da realidade social e cultural das populações a serem beneficiadas com o curso. Esse processo mostrou a importância de uma Licenciatura que a comunidade tenha acesso.

Parte significativa da equipe pedagógica do Curso aqui proposto participou

ativamente da Especialização/Extensão em “Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra”, oferecida pela UFPR- Setor Litoral em conjunto com MEC/SECADI, na edição de 2008 e que resultou na elaboração de materiais pedagógicos, que contribuirão enormemente para a viabilização e consolidação da Licenciatura em Educação do Campo. O Programa Projovem Campo Saberes da Terra demonstrou a necessidade e a possibilidade desta universidade de continuar a contribuir para a formação de educadores e educandos que atuam diretamente com as populações camponesas.

A proposta do curso referencia o desenvolvimento sustentável do campo em âmbito local e regional com base na agroecologia, além de englobar propostas metodológicas de planejamento, execução e avaliação do processo pedagógico por meio da pesquisa-ação-reflexão; e de caráter político-pedagógico: intencionalidade de educação do campo a favor da construção de uma nova concepção de campo, de reforma agrária e de agricultura familiar, e o papel do educador(a) neste processo.

O curso baseia-se na proposta de Paulo Freire de resgate do humano como sujeito de si e de sua própria educação. O pensador argumenta em defesa da educação, como dinamizadora do processo de mudança, firmando as bases da aprendizagem: capacidade de autorreflexão como desenvolvimento da consciência crítica, que reorganiza as experiências vividas, transformando a realidade. A aprendizagem modifica o homem que, ao mesmo tempo em que se renova, mantém a própria identidade.

Portanto, uma aprendizagem libertadora de conquista e aumento de autonomia; a busca permanente como sujeito, e não objeto da educação, com a consciência da característica humana de ser inacabado; a noção de tempo, que diferencia homens de animais, e caracteriza o homem como ser histórico, capaz de construir o futuro com base no passado. O curso pressupõe como princípio a educação libertadora - progressista, pois os envolvidos nos cursos são sujeitos construtores da história e transformadores do mundo.

1.1. CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA INSTITUIÇÃO

A fundação da UFPR representou o símbolo da emancipação intelectual paranaense.

A UFPR passa pela reconstrução das expectativas em torno do ensino superior, ou seja, através de sua missão e valores¹ contemplando outras formas de conhecimentos além daquelas já consagradas no conhecimento científico.

É neste contexto, que em 2004 implantou o curso técnico em agroecologia na Fazenda do Canguiri, São Miguel e Cantagalo em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Outro curso técnico é de Agroecologia com ensino médio integrado, em São Miguel do Iguçu (ET-UFPR/ São Miguel do Iguçu: 2004) e outros mais foram instalados. Na sua proposta constam princípios filosóficos e pedagógicos da Educação da Classe Trabalhadora: educação para a transformação social e como prática de liberdade vinculada organicamente aos movimentos sociais; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada às várias dimensões da pessoa humana, como prática revolucionária e libertadora, contribuindo com a formação política, ideológica, organizativa e técnica-profissional; educação que resgate os valores socialistas e humanitários; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis para a transformação social; educação pelo trabalho e para o trabalho; e auto-organização dos educandos.

Já com a implantação do Setor Litoral, em Matinhos no ano de 2005, quebra do ciclo hegemônico e histórico da educação tradicional é realizada por completo, pois desde sua gênese foi pensada para promover, com a horizontalização, interação, inter e multidisciplinarização dos diferentes saberes, o desenvolvimento social sustentável desta Região. Embasada em um compromisso social radical, que

¹ Ver o site www.ufpr.br (missão e valores).

permeia a flexibilidade e vitalidade de seu currículo, sua forma de pensar, formar e interagir.

Cumpra destacar o Projeto político Pedagógico da UFPR Litoral que afirma: “percebendo-se como uma instância de fomentos públicos, a UFPR Litoral alicerça seus compromissos com as regiões do Estado do Paraná, localizadas no litoral e região do Vale do Ribeira, que se mostram ávidas por oportunidades de um desenvolvimento sócio-econômico e cultural. O foco desse apoio passa a se dirigir aos lugares onde os acordos de poderes públicos podem fazer diferença, se gestados em prol de uma educação universitária, pública e gratuita, com vistas a tecer e disponibilizar os produtos da ciência e do conhecimento especializado para um desenvolvimento sustentável” (PPP, 2008, p. 2).

Os princípios que dão eixo ao *ethos* da UFPR Litoral compreendem:

- a) o comprometimento da Universidade com os interesses coletivos;
- b) a educação como totalidade;
- c) a formação discente pautada na crítica, na investigação, na pró-atividade e na ética, capaz de transformar a realidade (PPP, 2008. p 9).

Assim, nossas parcerias e ações com as instituições do Litoral do Paraná e do Vale do Ribeira, tem sido suleadas por práticas que vão além da busca da inclusão social por meio das ciências e tecnologias. Temos buscado sim a apropriação das ciências e tecnologia, mas como possibilidade de re-construir e difundir conhecimentos, entendendo-os em uma lógica dialética do global com o local, a partir de suas realidades concretas, possibilitando que os conhecimentos locais tencionem os globais e estimulem a criação e fortalecimento da cultura local, em um contexto de relações democráticas e éticas na perspectiva de participação dos diversos segmentos da sociedade (PPP, 2008, p. 13).

Deste modo o Setor Litoral se utiliza de uma metodologia de formação-ação na Comunidade através de vivência social radical dos seus sujeitos, onde há o

estímulo para que **todos os estudantes e docentes Conheçam, Compreendam, Proponham e Ajam no contexto comunitário** através de Projetos de Aprendizagens – P.As - e de Interações Culturais Humanísticas – I.C.Hs, que fazem circular saberes científicos e tecnológicos com os saberes tradicionais locais para o desenvolvimento sustentável deste território litorâneo.

É importante destacar que o Setor Litoral tem na sua criação o foco nos municípios pertencentes ao território da cidadania e que possuem vulnerabilidade social, por exemplo, o segundo menor IDH (dos 399 municípios do Estado) é de Doutor Ulysses com 0,627 (IPARDES, 2011) acompanhado por Guaraqueçaba 0,659. Já Adrianópolis, Antonina e Guaraqueçaba diminuíram sua população nos últimos dez anos, segundo contagem do Censo de 2010 em relação ao de 2000, ou seja, os municípios essencialmente compostos por agricultores familiares de subsistência estão desaparecendo.

O contexto em que se insere a Licenciatura em Educação do Campo é de uma UFPR que oferece nas suas pós-graduações 62 Mestrados acadêmicos, 40 Doutorados, 4 Mestrados Profissionalizantes e 119 especializações até o momento. O Setor Litoral, parte constituinte desse universo, desde 2007 oferece a Especialização em Questão Social, modalidade presencial, Especialização em Educação do Campo, modalidade à distância, ambas gratuitas e com processo de seleção por meio de entrevista. É importante ressaltar que os futuros Licenciados em Educação do Campo, terão a oportunidade de cursar a pós-graduação, possibilitando assim uma maior relação com sua área de atuação.

Dessa forma, o Procampo vem consolidar em conjunto com a UFPR, o desenvolvimento sustentável das comunidades do litoral e Vale do Ribeira paranaense.

1.2. Justificativa

“A educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida,

pois, a educação não é uma mercadoria” (Mészáros).

Partindo da perspectiva defendida por Mészáros, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolverá suas atividades, focada nos sujeitos do campo enquanto agentes de transformação social, com capacidade de ação e criticidade, tendo seus conhecimentos construídos pela experiência e/ou eruditos valorizados e potencializados na relação pedagógica dentro das áreas de conhecimento.

Um dos grandes problemas que os povos do campo encontram são o não reconhecimento e a falta de valorização de sua cultura, em especial no espaço educacional. Por um lado, temos o afastamento, de muitas crianças e jovens do campo, de suas raízes culturais, de sua identidade, ao serem obrigados a estudar, desde a infância, num espaço distante de seu modo cotidiano de vida. Por outro, estas mesmas crianças, sofrem um preconceito por serem do campo, criando-se estereótipos e uma desvalorização da cultura camponesa, classificada muitas vezes como cultura inferior.

Os educadores/as e a equipe pedagógica, muitas vezes, desconhecem o contexto, a história, a cultura do campo e de seus povos. O modelo de currículo, historicamente adotado, em geral, é baseado na cultura urbana e nos saberes produzidos nestes espaços. Neste sentido, coloca-se como fundamental possibilitar aos educadores/as e demais integrantes da equipe pedagógica que trabalham com os sujeitos do campo, conhecer e refletir de forma aprofundada sobre a história e a cultura camponesa, sobre a questão agrária na atualidade, sobre a organização do trabalho pedagógico escolar tomando por referência as Diretrizes Nacionais para a Educação do Campo.

A Licenciatura em Educação do Campo com a intencionalidade até então apresentada, tenciona construir com todos seus sujeitos um grande diferencial na vida dos educandos camponeses. Para tanto pretende enfrentar esses problemas, enfocando tanto a questão da escolarização quanto da qualificação profissional, fortalecendo e ampliando o acesso e a permanência de agricultores familiares no

sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e desenvolvendo a solidariedade e a cidadania.

1.3.METODOLOGIA

A metodologia que suleará o Curso de Licenciatura em Educação do Campo será a Pedagogia da Alternância e a Itinerância em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que estabelece no Art. 7º: “o ano letivo, observado o disposto nos artigos 23, 24 e 28 da LDBEN poderá ser estruturado independentemente do ano civil, “as atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem”.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo por meio da metodologia da pedagogia da alternância irá assegurar a organização dos tempos e espaços formativos que se adéquem à realidade do campo, assegurando as estratégias específicas de atendimento a formação e a flexibilização da organização do calendário escolar à vida e ao trabalho do campo.

A itinerância irá possibilitar a realização do Curso em lugares onde não há a presença física da Universidade, bem como a impossibilidade dos sujeitos que lá vivem se deslocarem para lugares onde a Universidade esteja instalada. Com esse regime estaremos também possibilitando o atendimento de demandas reprimidas e excluídas ao longo da história.

A Alternância aqui referida será desenvolvida pela conjugação de períodos alternativos de formação na Universidade e na família e/ou escola e/ou agricultura familiar desenvolvida pelo acadêmico, com a utilização de instrumentos pedagógicos específicos.

O Tempo Universidade corresponderá ao período em que o acadêmico permanecer na Universidade em contato direto com o saber sistematizado, planejando e recebendo orientações dos docentes. Neste período, os acadêmicos desenvolvem as atividades comuns, previstas na formação de todos os acadêmicos independentemente da metodologia.

O Tempo Comunidade corresponde ao período em que o acadêmico é motivado a partilhar seus conhecimentos e experiências de sua atividade profissional e/ou familiar, na comunidade ou nas instâncias de participação social e de classe. No tempo comunidade o estudante desenvolverá pesquisas, projetos experimentais, atividades grupais, entre outras atividades com o auxílio do planejamento e acompanhamento pedagógico dos docentes. Nesse tempo o direcionamento da formação será na busca da aproximação dialética entre as atividades desenvolvidas em suas comunidades e as atividades curriculares, desenvolvidas na Universidade, de outra banda, no que tange aos docentes, pretende-se que estes conheçam e/ou aprofundem o modo de vida e de labuta dos educandos, como possibilidade de melhor planejar as atividades formativas.

Pretende-se ainda, com a metodologia da alternância e itinerância imprimir um caráter indissociável ao ensino, permeado pela pesquisa como princípio educativo e a sua respectiva ação, caracterizada academicamente de extensão, estes entrelaçados dialeticamente, em uma perspectiva revolucionária.

1.4.MARCO CONCEITUAL E METODOLÓGICO

A educação aqui é entendida como aquela que é produzida a serviço dos reais interesses e necessidades dos Sujeitos implicados, a fim de que avancem na elaboração e produção de novos conhecimentos necessários para produzir uma intervenção consciente e organizada. Neste caso, sendo a referência principal as relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo e do jovem agricultor familiar, enquanto Sujeito Histórico com suas problemáticas e possibilidades. Conhecer e/ou reconhecer a formação humana e o modo de

produção e reprodução da vida, torna-se essencial para o reconhecimento das condições em que os mesmos estão inseridos, e a atuação na reconstrução de seu próprio mundo e da ação consciente e identificada com um modelo de desenvolvimento alternativo de base agroecológica, portanto sustentável, sendo este concebido como possibilidade de vida, trabalho e constituição dos próprios Sujeitos Históricos e Coletivos do Campo.

A Educação do Campo sustenta-se na valorização da vida do campo com o objetivo de construir políticas públicas que garantam o direito de trabalhar e estudar no campo assentado em uma boa qualidade, o que significa construir um paradigma solidário e sustentável nas relações entre a educação, Agricultura Familiar e os demais aspectos culturais e produtivos dos povos do campo.

Na concepção da Educação popular o aprendizado ou aquisição de conhecimento é revisto, passando a ser re-concebido a partir de outros fundamentos, quais sejam: a) saber não é acumular conhecimentos transmitidos, mas interagir ativamente da construção do conhecimento, aprofundando a relação entre conhecimento científico e o conhecimento acumulado na vida dos Sujeitos envolvidos; b) todo aprendizado parte da prática social concreta, permitindo uma leitura crítica sobre a mesma e retornando a ela munido de outros níveis de compreensão, fruto do acesso ao conhecimento científico; c) aprender-ensinar, passa ser uma atividade essencialmente dialógica para a qual educandos e educadores participam de um mesmo processo interativo, corresponsável, compartilhando conhecimentos, vivências de práticas sociais em diálogo com o conhecimento socialmente acumulado e que demanda necessariamente planejamento dialógico e ação investigativa que possibilite estabelecer o vínculo entre a prática social e as áreas do conhecimento.

Em concordância com as Diretrizes Operacionais (Art. 4º) que incentivam a construção de Projetos Institucionais das escolas do campo na direção de construir e revelar a “expressão do trabalho compartilhado” e constituindo-se num “espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o

mundo do trabalho”, a fim de se buscar um “desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável” das práticas sociais dos povos do campo, a metodologia da alternância torna-se fundante deste processo, bem como fundamental para seu sucesso. O processo metodológico compreende ainda a organização curricular por meio de três grandes módulos, quais sejam: Fundamentos Teóricos e práticos (formação técnica) Projeto de Aprendizagem (formação para a pesquisa) e Interações Culturais e Humanísticas (espaço de fortalecimento humano e cultural).

Marco legal

LDBEN 9394/96; Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002; Resolução CNE/CP 1, de 19 de fevereiro de 2002; **Parecer CNE/CEB Nº: 1/2006**; [Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010](#); Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB N 1 – de 3 de abril de 2002.

2.OBJETIVOS DO CURSO

- Formar educadores e educadoras para atuar no segundo segmento Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos comprometidos com os princípios da Educação do Campo e o desenvolvimento social sustentável, a partir da identificação das demandas (pesquisa aplicada) para comporem a lógica curricular e legitimar o empoderamento das comunidades locais, fundamentada na democratização da ciência e tecnologia.

Objetivos Específicos:

- Implantar licenciaturas em Educação do Campo para o desenvolvimento social sustentável, comprometidas com sistematização dos diagnósticos sociais existentes;
- Identificar demandas e legitimar formas sustentáveis locais e coletivas de seu enfrentamento.
- Promover uma pedagogia da alternância com um currículo vivo, problematizando os dados junto às comunidades, as universidades, promotorias, secretarias, conselhos e conferências municipais e estaduais para legitimar modos cooperados de materializar direitos sociais e desenvolvimento sustentável pela acessibilidade e usabilidade comunitária da formação científica e tecnológica, contribuindo com a segurança alimentar agroecológica, educação do campo e seus princípios, saúde, mobilidade (terrestre e náutica), lazer, trabalho, arte, renda, entre outros.
- Proporcionar em conjunto com o educador uma escola formadora de sujeitos articulados a um projeto de emancipação humana;
- Possibilitar um espaço de valorização dos diversos saberes constituídos a partir da realidade do educando;
- Capacitar os educandos para buscar junto aos órgãos públicos locais como Secretarias e Conselhos Municipais, escolas, promotorias, ONGs e comunidades, documentos e informações acerca dos diagnósticos sociais existentes, analisando os dados conforme as potências dos programas dos Ministérios, Secretarias Estaduais e órgãos financiadores, segundo vazios e potencialidades de cada município.
- Construir conhecimentos para uma gestão de processos educativos nas comunidades com: preparação específica para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos educandos, para liderança de equipes e para a implementação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que incluam a participação da escola.

- Mobilizar e legitimar princípios e metodologias emancipatórias a partir do Educação do Campo como uma política de relação/articulação intersetorial para o desenvolvimento rural sustentável que enfrente o recuo histórico frente aos direitos sociais dos sujeitos do campo.
- Empreender um investimento denso para legitimar entre os diferentes sujeitos do processo educativo a corresponsabilização da Educação do Campo pelas demandas sociais locais e a relevância destas na construção dos diferentes processos educativos e da formação docente continuada;
- Promover uma formação inter e transdisciplinar, capaz de garantir flexibilidades nas atividades dos/das docentes do campo para que sejam capazes de sistematizar diagnósticos de demandas sociais ampliadas, planificação coletiva e cooperada de seu enfrentamento com os sujeitos escolares nos territórios que ocupam.
- Potencializar o acesso a diversas linguagens e instrumentos de Comunicação e de gestão dos direitos sociais a fim de permitir que as comunidades façam seu próprios registros, reivindicações e gestão cotidiana da vida com autonomia.
- Adensar a práxis socialmente envolvida nas formações dos professores do campo e dos acadêmicos das licenciaturas da UFPR – Setor Litoral - promovendo constante revitalização da ação pedagógica baseada numa relação viva e atenta entre si e com as populações do campo que constituem, de diferentes modos a população caiçara.
- Implementar espaços coletivos de problematização das questões cotidianas acerca da exclusão histórica das pessoas do campo à educação e como consequência a exclusão a outros direitos e espaços no mundo do trabalho do campo e nele viver e produzir organicamente.
- Articular o processo de aprendizagem formal com espaços educativos informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais campestres, destacando os diferentes saberes, tempos e perfis das populações do campo.
- Refletir e reagir coletivamente ante a histórica estrutura fundiária do latifúndio,

da monocultura, do agronegócio, da expulsão da terra, entre outros, fortalecendo uma educação comprometida com os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pela pesca artesanal e outros modos e feições da produção do mundo do trabalho, da vida, da cultura e das identidades destes sujeitos.

- Valorizar os conhecimentos dos educandos, núcleos familiares e comunidades possuem estabelecendo um diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento.
- Considerar o trabalho como princípio educativo e vinculado a existência humana na relação com a natureza, em um processo de humanização entre homens e mulheres.
- Possibilitar que a pesquisa seja um dos eixos suleadores do processo formativo, trazendo-a como uma forma de intervenção na realidade dos sujeitos.
- Estabelecer espaços de diálogo entre as áreas de conhecimento, contribuindo para ampliar a compreensão das práticas pedagógicas sociais como produtoras de significados.
- Integrar os conhecimentos do currículo de forma interdisciplinar, conectando os diversos saberes, por meio da reflexão-ação.
- Promover atividades político-pedagógicas fundamentadas em metodologia inovadoras dentro de um processo de emancipação e inclusão.
- Estimular a capacidade de criação dos sujeitos produzindo espaços de cooperação e ação cultural.
- Possibilitar que o tempo- comunidade, seja um espaço de troca de experiência entre os educandos, criando tempos coletivos de acompanhamentos das atividades planejadas.

3. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A DOCÊNCIA PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO: DESCRIÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

No Paraná, mais de 1 milhão e 700 mil pessoas dos municípios representam um percentual próximo de 18% dos paranaenses² que habitam os territórios rurais. Destes, aproximadamente 31% estão em idade escolar, um número que ultrapassa 560 mil habitantes e que estão entre a faixa etária de 05 a 19 anos de idade, segundo os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), com fonte no Censo 2000 do IBGE.

A partir deste contexto, promover políticas públicas educacionais voltadas aos sujeitos do campo tornou-se um desafio.

As principais fontes utilizadas para apreensão dos dados foram o Censo Escolar (2000 – 2008), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2009), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2000), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2007). Consideraram-se, ainda, os resultados de uma pesquisa (por amostragem) realizada pelo DEDI/CEC em conjunto com os NRE's que apresentou dados das Escolas Públicas Estaduais que estão localizadas nas zonas rurais dos municípios paranaenses, nos distritos com características rurais e aquelas que estão localizadas na zona urbana, mas recebem educandos(as) oriundos das comunidades rurais.

Considerando que o Censo Escolar registrou o número total de **2.113 Estabelecimentos Públicos Estaduais** de ensino, pode-se dizer que em 2008 os dados apontam que **20%** destes são Escolas Públicas do Campo.

Em um universo (amostragem) de **558 Escolas Públicas Estaduais do Campo no Paraná** foi identificadas a atuação de **8.635 professores** em sala de aula, nas diferentes disciplinas escolares. Destes, pode-se dizer que um percentual de **49,60%** se declararam como sendo do **Quadro Próprio do Magistério (QPM)**³, enquanto que **50,4%** são contratados pelo **Processo Seletivo Simplificado (PSS)**⁴, ou seja, mais da metade dos docentes que atuam na escola do campo são provisórios.

² Segundo dados do IBGE (2009), o Paraná possui 10.686.247 habitantes.

³ Professores do Quadro Próprio do Magistério são profissionais concursados.

⁴ Professores contratados pelo Processo Seletivo Simplificado assinam contratos temporários.

Ser professor PSS, na escola do campo significa muitas vezes a troca, a não identificação com o campo e o não envolvimento com a comunidade, dessa forma uma condição transitória e muitas vezes desgastante para a escola e educandos.

O Censo Escolar 2008 e a pesquisa realizada pela SEED/CEC/NRE junto às 584 Escolas Públicas Estaduais do Campo, aponta a existência de 131.108 mil matrículas de educandos(as) (Tabela 02).

Tabela 02 – Total de matrículas nas Escolas Públicas Estaduais do Campo no Paraná/ 2008

Matrícula Total Paraná	Matrícula Escolas Públicas Estaduais do Campo
1.194.232	131.108

Fonte: Censo Escolar, 2008. DEDI/CEC/NRE/Escola, 2009

Dado representa aproximadamente **11%** do total de estudantes matriculados nas Escolas Públicas do Paraná neste mesmo período.

Os dados de matrículas referentes ao atendimento de ensino médio revelam os impactos de um processo gradativo de ampliação da oferta nos perímetros rurais dos municípios (Tabela 03). No Paraná, o Censo Escolar de 2008 apontou a existência de aproximadamente **156 escolas** que ofertam este nível de ensino no campo. Em uma amostragem de **558 Escolas** – Fonte: DEDI/CEC/NRE/Escolas – pode-se dizer que existem **245 Escolas** que ofertam o Ensino Médio.

Tabela 03 – Total de matrículas de Ensino Médio nas Escolas Públicas Estaduais localizadas nos perímetros rurais dos municípios 2000 – 2008

ANO	Urbano	Rural
2000	429.788	3.363
2001	412.899	4.483
2002	401.445	6.306

2003	402.511	7.993
2004	401.076	9.098
2005	398.490	10.999
2006	405.611	12.884
2007	403.253	14.313
2008	402.206	15.385

Fonte: Censo Escolar, 2008.

O processo de municipalização do atendimento escolar dos anos iniciais do Ensino Fundamental e o fenômeno de nuclearização escolar que se fortaleceu na década de 1990 no Brasil e no Paraná, acabaram contribuindo para o surgimento de uma rede de transporte escolar que promove o deslocamento de estudantes no campo e do campo para a cidade (as sedes urbanas dos municípios).

Considerando que o deslocamento de estudantes é uma estratégia utilizada para garantir o atendimento escolar dos sujeitos do campo, tornou-se necessário incluir neste diagnóstico as escolas que estão localizadas nas zonas urbanas dos municípios e que recebem estudantes oriundos do campo.

Cabe salientar que esta pesquisa foi realizada pela CEC/NRE/Escola no ano de 2009 e abrange um universo de pelo menos **859 Escolas e Colégios Públicos Estaduais**, distribuídos em **323 municípios** paranaenses.

A pesquisa (por amostragem) identificou que num universo de 859 Escolas e Colégios Públicos Estaduais, localizados nos perímetros urbanos, estão matriculados em torno de **511.052 estudantes**, sendo que destes, **108.680 estudantes** são oriundos do campo. Desta forma, pode-se dizer que, percentualmente, estes, representam **21,26%** estudantes dos que deslocam no transporte escolar de forma pendular no sentido campo-cidade-campo.

Quando considerados os níveis e modalidades, a maioria dos educandos(as) estão matriculados no Ensino Fundamental, seguido do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos .

No contexto acima podemos acrescentar que nos municípios de atuação do curso temos em torno de 2.000 matrículas no ensino médio nas escolas consideradas do campo e em torno de 1.000 nas escolas urbanas que recebem estudantes do campo.

Esse número é importante, para podermos fazer um planejamento espacial e temporal do curso tendo as escolas como parâmetro.

4.PERFIL DO EGRESSO

Os Educadores e educadoras egressos da Licenciatura em Educação do Campo estarão habilitados para atuar em uma área do conhecimento: Ciências da Natureza, a fim de atender a demanda das escolas do campo. Para contemplar esse processo deverão apresentar o seguinte perfil de um educador que:

- Interaja com os educandos e a comunidade, visando o desenvolvimento sustentável, respeitando as diversidades e os saberes populares;
- Incentive e possibilite saberes ligados ao planejamento, monitoramento e manejo de sistemas agroecológicos;
- Projete e execute atividades de educação baseadas nos princípios e nas Diretrizes da educação do campo;
- Atue com autonomia na construção de novos conhecimentos e práticas inovadoras no âmbito da Educação do Campo;
- Atue com respeito à especificidade da gestão das escolas no campo.
- Desenvolva processos de aprendizagem que extrapolem a formação por disciplina, professor, aluno e sala de aula;
- Estimule experiências em educação do campo com as comunidades locais, respeitando as especificidades e os saberes construídos pelos sujeitos do campo;
- Contribua para a construção de uma vida ambientalmente sustentável;
- Articule o processo de aprendizagem formal com espaços educativos

informais, como aqueles construídos nos movimentos sociais camponeses;

- Organize trabalhos pedagógicos que respeitem os espaços e tempos diferenciados da vida e da escola do campo;

- Construa processos de aprendizagem que analisam e possibilitam uma reflexão sobre a estrutura fundiária em nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar, os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas, a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos.

- compreenda criticamente a história da vida camponesa desde a ótica dos sujeitos subjugados pelos poderes dos que exploram, colonizam e agredem seus modos e suas vidas, suas comunidades, articulando resistência e alternativas cooperadas de emancipação e qualificação social;

- substancie interdisciplinarmente sua formação continuada e do meio onde está baseando-a em leituras/planificações/intervenções e avaliações processuais como um modo de viver a função educativa de si e com os outros;

- desenvolva com os sujeitos escolares e da comunidade que reconheça os saberes locais, informais e suas múltiplas relações com a educação formal;

- empreenda alternativas inerentes à sociedade civil organizada e que impactem no desenvolvimento de manejos agroecológicos com base na agricultura familiar;

- valorize as especificidades do planejamento do trabalho pedagógico na perspectiva emancipatória, zelando pelo papel de organização da comunidade que a educação do campo deve empreender como uma

biopolítica, respeitando os espaços e tempos da vida, da escola e dos sujeitos do campo;

- Reflita permanentemente sobre a escola como formadora de sujeitos articulada ao projeto de formação humana.
- Posicione-se como sujeito capaz de refletir sobre suas atividades, capaz de reconhecer erros e de corrigir de forma ética.
- Estabeleça diálogos permanentes com a comunidade e de reconhecer os saberes locais e de integrá-los aos conhecimentos científicos.
- Elabore diagnósticos junto a comunidade, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvido durante o curso.
- Compreenda o tempo e espaço do sujeito educativo.
- Articule a realidade dos sujeitos ao tempo escola, por meio de metodologias que busquem a interdisciplinaridade.
- Ter posição crítica frente à realidade de forma a contribuir no processo de construção social consciente e criativamente.
- Compreenda que o trabalho é um princípio educativo na formação dos sujeitos.
- Participe da construção de projetos políticos pedagógicos das escolas do campo.
- Entenda que a pesquisa é um princípio educativo e que pode ser visualizada em um Plano de Pesquisa.
- Potencialize os educandos a se posicionarem como agentes de desenvolvimento, buscando ampliar a construção do desenvolvimento sustentável e solidário.
- Articule com o conjunto dos movimentos sociais e sindicais do campo ou Comitê Estaduais do Campo e Fórum de discussões das comunidades do campo.

5. PAPEL DO DOCENTE E ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Um dos papéis creditado a docência é possibilitar aos futuros educadores, o exercício do processo de ação-reflexão-ação na prática, fortalecendo a sua formação numa perspectiva emancipatória, através de estágios e acompanhamento das atividades pedagógicas, onde possam exercitar a prática docente, em uma articulação entre teoria e prática.

Consolidação entre ensino como emancipação, pesquisa como princípio educativo e extensão desde o início do curso, possibilitando aos futuros educadores a investigação e análise crítica do contexto educacional, propondo alternativas para os problemas verificados na prática educativa, através de planos de pesquisa.

Integrar os educandos junto aos Sindicatos do Trabalhador Rurais, ONGs, Movimentos Sociais organizados e as redes, na busca de relacionar os conhecimentos construídos em sala com a prática social.

Realizar a formação pedagógica em metodologias e princípios políticos voltados as especificidades do campo conforme os princípios da Educação do Campo.

Fazer o monitoramento e acompanhamento pedagógico das turmas do tempo comunidade.

Organizar os tempos e espaços formativos, utilizando a Pedagogia da Alternância, assegurando a sua adequação a realidade do campo.

Planejar o tempo comunidade de forma a garantir a inserção no desenvolvimento das atividades do curso, promover a integração do currículo com a realidade vivenciada pelos educandos e suas comunidades.

Desenvolver diversas modalidades de expressão do educandos: fala, escrita, teatro, canto, desenhos, movimentos corporais entre outros.

Valorizar os espaços coletivos, buscando atividades que o grupo assuma e se expresse.

Trabalhar com o projeto de vida de cada educandos, possibilitando a reconstrução da identidade pessoal, buscando construir o sujeito como ser histórico.

6. ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O curso ofertará 01 (uma) habilitação, onde egresso poderá atuar no segundo segmento do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Também poderão atuar em processos de organização das redes do terceiro setor.

7. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

7.1 DESCRIÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo estará organizado de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral da UFPR, que abrange três espaços de aprendizagem: Fundamentos Teóricos – Práticos; Projetos de Aprendizagem; Interações Culturais e Humanísticas.

De forma geral a organização do curso abrange espaços diferenciados de aprendizagem dentro da Pedagogia da Alternância. Os módulos serão permeados pelos eixos temáticos que explicitam os conteúdos fundamentais do curso e estarão em sintonia com a fase de cada período. Os conteúdos são detalhados por serem importantes elementos de ligação entre educandos e seus Projetos de Aprendizagem. As Interações Culturais e Humanísticas articula-se com os demais

espaços de aprendizagem e possibilita uma troca de saberes, por meio de seminários e oficinas locais que articulam os diferentes sujeitos envolvidos no processo e as comunidades.

7.2) Distribuição da Carga Horária nos Três Espaços de Aprendizagem

a) Projetos de Aprendizagem: um possível articulador do processo

Os Projetos de Aprendizagem ou aprendizagem por projetos, baseados também no Projeto de Vida de cada educando/a poderá colocar-se como um articulador entre os estudos, as vivências e o trabalho, contribuindo para construir a abstração e a apropriação de conhecimentos, articulados com a realidade, podendo ser no final do curso um trabalho de conclusão. O Projeto geralmente tem como eixo o mundo do trabalho de forma geral e, como foco, uma atividade desenvolvida na família, ou comunidade. Tal objeto constrói-se a partir de um tema ou problema diagnosticado pelo próprio educando/a que passará a analisar e chegar próximos à questão central. A partir deste problema, elegerá um eixo dialógico do qual todo projeto é discutido, aprofundado, orientado e executado.

A aprendizagem por projetos ajuda a superar a fragmentação do conhecimento a que na grande maioria destes educadores foram submetidos no período escolar e que tinham pouca ligação entre a prática e quase nenhuma com o contexto e a vida das comunidades campo e Agricultores Familiares. Ao mesmo tempo, o Projeto poderá ir articulando toda a lógica da organização escolar e pedagógica da escola e da comunidade onde os educadores atuarão. Ele possibilita também organizar estas relações num horizonte mais amplo, ou seja, as organiza de forma a mostrar como todo este contexto relaciona-se com o projeto político maior e com as políticas públicas.

O foco é um dos aspectos importantes do projeto, pois permite a cada educando/a assumir uma proposta de trabalho junto à escola e à comunidade da

qual faz parte, em muitos casos, redimensionando as atividades ou potencializando outras e revendo a atividade principal ao tempo em que se articula desde lógicas culturais até possibilidades estruturais, temporais e espaciais.

Neste processo de construção do Projeto, chega-se um momento em que se faz necessário estabelecer um lugar mais concreto de estudo e investigação, tanto para executar alguma atividade concreta, quanto para estudar e entender instrumentos, saberes e técnicas de planejamento, indicadores, relações sócio-culturais, formas de ser educador do campo e suas diversas possibilidades. Estes estudos contribuem para superar dificuldades encontradas no processo, tematizando-as no projeto que se está executando, planejando e intervindo, conforme possível, pela atividade escolhida. Esta forma também visa melhorar ou despertar em cada estudante uma atitude investigativa, buscando construir uma autonomia maior, superando a atitude de dependência culturalmente construída. A meta é que cada educador consiga captar o movimento de onde ele vive e trabalha, refletindo sobre o cotidiano de forma organizada, isto é, buscando aprofundar-se, experimentando, refletindo coletivamente e articulando novos passos e ações.

b) Fundamentos Teórico-Práticos - Módulos de Aprendizagem e Eixos Temáticos

Os Fundamentos Teórico-Práticos consistem em módulos temáticos que são elaborados por equipe interdisciplinar de professores, pautados em conceitos atualizados e contextualizados na realidade da profissão. Nestes módulos são estudados os conteúdos necessários à profissão, atendendo-se amplamente as diretrizes curriculares nacionais e as diretrizes operacionais da educação do campo. Os fundamentos teórico-práticos são meios e não fins no processo de formação. Com rigor científico e contextualização com os demais desafios reais que o estudante vai enfrentando, os fundamentos são organizados em consonância com as diferentes etapas da proposta pedagógica, buscando atender tanto às diretrizes

curriculares do Curso, como propiciar os saberes necessários à execução dos projetos de aprendizagem. O como fazer e o que fazer têm intencionalidade e compromisso dos atos educativos construídos coletivamente e assumidos em planejamento criado interdisciplinarmente na diversidade técnico-metodológica das diversas instâncias do Setor.

c) Interações Culturais e Humanísticas: Seminários e Oficinas Locais

Este espaço de aprendizagem abrange as relações entre os Saberes científicos, culturais, artísticos, populares, pessoais entre outros. O estudante participará de atividades que despertam seu interesse e compreensão sobre as relações humanas. As Interações Culturais e Humanísticas propicia um espaço de integração de diferentes áreas do conhecimento onde são desencadeadas discussões e reflexões sobre temas relevantes, a fim de proporcionar um processo de formação integral dos educandos. Desta forma, pretende-se possibilitar um ambiente que contribua para a superação da visão tecnicista de produção do conhecimento. No Curso este espaço de aprendizagem ocorrerá nos Seminários e Oficinas Locais agregando discussões, reflexões e troca de saberes e aproximando os educadores das diferentes comunidades.

7.3) DADOS DO CURSO:

1. Denominação: Educação do Campo
2. Caráter: Especial
3. Natureza: Licenciatura
4. Modalidade: presencial
5. Regime de matrícula: semestral
6. Integralização mínima: 8 semestres
7. Integralização máxima: 12 semestres

8. O estudante egresso, após cumprir todo o curso com conceito e frequência suficientes, alcançando assim todos os objetivos do curso, receberá o **Diploma de Licenciado em Educação do Campo para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio com habilitação em Ciências da Natureza.**

7.4 VAGAS: 120

7.5 Carga horária: 3.400 h

7.6 Turno: alternado entre Diurno e Noturno.

O curso funcionará nos tempos e espaços educativos diferenciados de acordo com a dinâmica das atividades pedagógicas propostas e da demanda dos educandos. O curso no período noturno e diurno se deve ao fato de estarmos trabalhando com a pedagogia da alternância o que possibilitará a flexibilidade. No Tempo Universidade as atividades pedagógicas curriculares e extracurriculares serão desenvolvidas no Setor Litoral em Matinhos/ Morretes/ Vale do Ribeira e possibilitará encontros semanais e mensais de acordo a suprir a carga horária. No Tempo Comunidade as atividades serão desenvolvidas nas Escolas Públicas, na comunidade e nas associações locais.

8. CRITÉRIOS DE INGRESSO

a) Critérios de seleção:

- A chamada para a seleção ocorrerá por meio de Edital específico, que serão disponibilizados nas escolas, estabelecimentos comerciais, igrejas, associações cooperativas, clube de mães e outros espaços localizados nas comunidades do campo.

a.1.Inscrição:

- A inscrição será gratuita e poderão ser realizadas via email específico para o curso, e também via secretaria municipal de educação, mediante preenchimentos do formulário e entrega da cópia do Registro Geral (RG), e apresentação do histórico escolar do ensino médio.
- Ter um documento de indicação de um ou mais movimentos sociais abaixo indicados:
 - ✓ Comunidades de Pequenos Agricultores;
 - ✓ Associação de pescadores;
 - ✓ Projetos de assentamentos de Reforma Agrária;
 - ✓ Projetos de reassentamentos;
 - ✓ Comunidades Quilombolas;
 - ✓ Coletivos dos Movimentos Sociais Camponeses articulados a Via Campesina;
 - ✓ Comunidades de Povos da Floresta;
 - ✓ Outro movimento social ligado aos povos do campo, descritos no Decreto 7.352 de 4 novembro 2010.
- No ato da inscrição o sujeito receberá a data, horário e local da prova escrita e entrevista, que será realizada pela equipe de formação do curso.

a.2. Prova escrita

Priorizará conhecimentos construídos ao longo de sua trajetória histórica na relação com o campo.

a.3. Entrevista e critérios de prioridade:

- * Serão selecionados estudantes/pessoas que tenham concluído o Ensino Médio, que moram e vivem no campo ou tem relação direta ou indireta com o campo;
- * O estudante/sujeito deverá explicitar oralmente o porquê da escolha do curso e sua relação com o campo;
- * Disponibilidade e desejo para o exercício da docência junto das escolas do campo.

* Disponibilidade de tempo para o curso entre as etapas de Tempo – Universidade e Tempo Comunidade.

* Envolvimentos com as organizações sociais do campo.

8.1 CRONOGRAMA:

Metas	Mês/ano
1. Chamada para a seleção ocorrerá por meio de Edital específico.	Fevereiro/2014
2. Inscrição	Fevereiro/2014
3. Entrevistas	Março/2014

Observação: essas datas já estão acordadas com a SECADI e UFPR.

9. Modalidade de Oferta: curso presencial

1. **Habilitação:** O formando de Licenciatura em Educação do Campo será habilitado para atuação no segundo segmento do ensino fundamental, no ensino médio e EJA, em uma área do conhecimento, a saber: Ciências da Natureza.
2. **Título conferido:** Licenciado em Educação do Campo com Habilitação para atuação no segundo segmento do ensino fundamental, Ensino Médio e EJA em Ciências da Natureza.
3. **Duração:** 4 anos
4. **Carga horária:** 3.400 horas
5. Período Letivo: serão respeitadas às 800 horas, sendo sua distribuição planejada junto com os acadêmicos, no período que antecede o início do ano letivo, respeitando sua realidade de agricultores, conforme LDBEN 9394/96, Art. 23, §2º.

6. Regime Acadêmico: O Regime acadêmico seriado que se caracteriza pela matrícula, em cada período letivo, em um conjunto de atividades curriculares definido no projeto pedagógico de curso.

7. Formas de oferta de atividades: Modular: as atividades serão oferecidas por módulos de acordo com a matriz curricular.

10. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Câmara será composta pelo NDE (Núcleo de Docentes Estruturante), servidores técnico-administrativos e representantes discentes de cada turma.

O NDE será composto por 15 docentes concursados especificamente em virtude do programa para licenciatura e a quem compete a tarefa de execução e acompanhamento da proposta pedagógica.

Existirá uma equipe de gestão provisória que estará auxiliando no acompanhamento do curso e ajudará no cumprimento do programa. Segue abaixo:

EQUIPE DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO PROVISÓRIA

NOME	Regime de Trabalho	TITULAÇÃO	ÁREA DE CONHECIMENTO
ANGELA MASSUMI KATUTA	DE	DOUTOR	GEOGRAFIA
ÉDINA VERGARA	DE	DOUTOR	SERVIÇO SOCIAL/EDUCAÇÃO
MARCOS AURÉLIO ZANLORENZI	DE	DOUTOR	MATEMÁTICA/EDUCAÇÃO
MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES	DE	DOUTOR	HISTÓRIA/EDUCAÇÃO
SILVANA CÁSSIA HOELLER	DE	MESTRE	AGRONOMIA
SUZANA CINI FREITAS NICOLODI	DE	DOUTOR	DIREITO/EDUCAÇÃO
VALENTIM DA SILVA	DE	DOUTOR	CIÊNCIAS DO SOLO

OBSERVAÇÃO: É importante ressaltar que de acordo com o Diário Oficial da União/ 02 de 05 de setembro 2012 n° 173, seção 03(em anexo), da SECADI/MEC- item 9.1, autoriza para esse curso a contratação de 15 Professores efetivos.

10.1 NÚCLEO ADMINISTRATIVO

Ressalta-se também que o mesmo Diário Oficial da União/ 02 de 05 de setembro 2012 n° 173, seção 03 (anexo), da SECADI/MEC- item 9.1, autoriza a contratação de 03 técnicos administrativos efetivos.

11. ESTRUTURA DIDÁTICA PEDAGÓGICA:

- 36 salas de aula com equipamento áudio visual (data – show e computador)
- 01 biblioteca de 160m²
- 01 auditório para 400 pessoas

O Setor Litoral possui dez laboratórios:

- Laboratório 01 (63,59 m²) – Precisão
- Laboratório 02 (53,00 m²) – Enfermagem
- Laboratório 03 (64,11 m²) – Análises Químicas
- Laboratório 04 (64,11 m²) – Campo e Física
- Laboratório 05 (75,50 m²) – Análises Biológicas
- Laboratório 06 (75,15 m²) – Morfologia e Anatomia
- Laboratório 07 (75,15 m²) – Artes

- Laboratório 08 (64,11 m²) – Solos e análise da água
- Laboratório 09 (64,11 m²) – Labmóvel – laboratório móvel de divulgação científica
- Laboratório 10 (75,15 m²) – Interculturalidade e Diversidade (Laid)

Estes laboratórios são equipados com diversos equipamentos, conforme quadro 3.

QUADRO 3 – LISTA DE EQUIPAMENTOS DOS LABORATÓRIOS DO SETOR LITORAL

EQUIPAMENTOS	
Agitador magnético c/ aquecimento (20)	Estereomicroscópio binocular (30)
Autoclave vertical (4)	Estufa incubadora para BOD (2)
Balança de precisão (0,1g) (2)	Estufa para secagem e esterilização (6)
Balança de precisão (2200g) (3)	Evaporador Rotativo (1)
Balança digital capacidade 150kg (3)	Fonte de Eletroforese (1)
Balanças de precisão (3)	Forno mufla (1)
Banho-maria (2)	GPS (5)
Barco/Kit navegação/Carreta (1)	Medidor de oxigênio dissolvido (1)
Bomba de vácuo e pressão (2)	Microcentrífuga (1)
Caminhonete 4x4	Micropipetas (27)
Capela de exaustão de gases (média) (3)	Microscópio binocular (30)
Capela de fluxo laminar (1)	Mini centrífuga (1)
Centrífuga de bancada (15000rpm) (1)	Minicentrífuga – SPIN (1)

Condutivímetro (3)	Phmetro digital de bancada (2)
Contador eletrônico de colônias (2)	Purificador de água ultrapura (1)
Cuba de Eletroforese (7/15) (2)	Termociclador (1)
Destilador de água (2)	Termohigometro (1)
Espectrofotômetro de AA (importado) (1)	Transiluminador/sistema de captura (1)
Espectrofotômetro mono-feixe (1)	Turbidímetro (1)
Espectrofotômetro UV-visível (1)	

12. BIBLIOTECA

A biblioteca do Setor Litoral foi criada em outubro de 2005, com a denominação de Biblioteca da UFPR Litoral. No início, seu acervo era composto por material emprestado das outras bibliotecas do Sistema de Bibliotecas – SIBI (da UFPR) e seus serviços foram disponibilizados para alunos, docentes, funcionários do Campus Litoral e, também, para a comunidade.

Seguindo as orientações da proposta pedagógica, a Biblioteca UFPR Litoral atua no sentido de auxiliar o desenvolvimento integral do estudante, contribuindo para o aumento de sua capacidade crítica e de sua capacidade de agir proativamente. Como a proposta pedagógica está fundamentada em trabalho por projetos, através da biblioteca os usuários dispõem de recursos adequados para pesquisa. Neste sentido, a biblioteca torna-se o centro de apoio para as investigações, como também o laboratório adequado para a construção do conhecimento.

A biblioteca é um recurso importante para facilitar a integração e a dinamização do processo ensino/aprendizagem. Além de apoiar as atividades formativas dos estudantes, contribui para a formação continuada do corpo docente, técnico-administrativo e comunidade em geral.

A Biblioteca da UFPR Litoral trabalha com a comunidade e não apenas para ela, atuando como agente ativo de aprendizagem e construção do conhecimento. Tornou-se um espaço cultural, de pesquisa, leitura e convivência entre alunos, professores, funcionários, a comunidade externa, um espaço onde interagem as pessoas, a informação e a cultura. Este espaço democrático articula a função educativa, a formação cultural e as relações.

Além de exercer suas atividades para colocar a informação à disposição de toda a comunidade, a Biblioteca da UFPR Litoral também participa das Interações Culturais e Humanísticas – ICH, favorecendo articulações entre os diversos saberes: científicos, culturais, populares e pessoais. Desta forma, ela se insere no ambiente social do qual faz parte, estimulando a criatividade, sociabilidade, comunicação e o entretenimento. O Espaço físico atual da biblioteca é de 642,27 metros quadrados. Quanto a funcionários a biblioteca conta com 2 bibliotecárias, 2 estagiários e 10 bolsistas permanências. O acervo atual conta com cerca de 15.000 exemplares.

Os serviços prestados na biblioteca são:

Empréstimo Domiciliar

Empréstimo entre Bibliotecas

Comutação Bibliográfica, por intermédio de outras Bibliotecas do SIBI

Treinamento aos usuários sobre o uso da Biblioteca e de suas fontes de informação

Orientação sobre normalização de documentos

A atualização do acervo é constante e visa promover o desenvolvimento da coleção e serviços da mesma, em ação coordenada com os programas de ensino através de indicações para compra, doação ou permuta.

13. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA (DECRETO Nº 5296/2004)

Desde o início de sua implantação, a infra-estrutura do Setor Litoral da UFPR foi completamente adaptada para permitir o acesso de pessoas com deficiência

parcial ou total dos membros inferiores e que possuem capacidade motora reduzida.

Todos os acessos possuem portas amplas e dispõe de rampas que permitem a passagem de cadeirantes. Para o acesso ao bloco didático fica à disposição dos estudantes e servidores técnicos e docentes um elevador que é preferencialmente utilizado para aqueles que necessitam de auxílio para chegar às salas de aula.

Todos os banheiros dispostos dentro dos limites do campus possuem sanitários adaptados para pessoas com necessidades especiais.

O setor ainda tem carências no atendimento às pessoas com necessidades especiais, principalmente por estar em construção, como por exemplo, bebedouros acessíveis, bancadas de atendimento rebaixadas, biblioteca, auditório, laboratórios, espaços de convivência, visualização sonora, tátil e auditiva nos corredores, salas e pisos, etc. Porém há uma preocupação constante com a melhoria da acessibilidade.

A Universidade Federal do Paraná conta com um Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) vinculado à PROGRAD. No Setor Litoral encontra-se o LABNAPNE, laboratório vinculado ao NAPNE que visa oferecer alternativas para a permanência de pessoas com necessidades especiais de qualquer natureza (estudantes e servidores). Os objetivos do LABNAPNE incluem a discussão e implementação de estratégias que garantam o ingresso e o acesso de estudantes com algum tipo de deficiência nos cursos de graduação e profissionalizantes do Setor Litoral. Esse laboratório também realiza o acolhimento e atendimento às pessoas com necessidades especiais com finalidades educacionais, além de proporcionar oportunidades e condições de participação em atividades acadêmicas e formativas em equidade com os demais estudantes. Outras atividades do

LABNAPNE incluem:

- Sensibilizar professores, técnicos administrativos e alunos sobre a promoção dos direitos das pessoas com necessidades especiais, com respeito, dignidade e iguais oportunidades no meio social.
- Organizar formação continuada sobre a temática das necessidades

especiais para a comunidade universitária.

- Articular ações de ensino, pesquisa e extensão na área das necessidades especiais.
- Orientar alunos e servidores sobre práticas pedagógicas: metodologias alternativas de procedimentos didáticos e utilização de recursos tecnológicos.
- Pesquisar, analisar e propor adequações de acessibilidade arquitetônica para pessoas com mobilidade reduzida.
- Adquirir materiais didáticos específicos para a acessibilidade pedagógica.
- Promover e incentivar o debate das necessidades especiais.

Vinculado ao LABNAPNE encontra-se disponível também um servidor técnico-administrativo que atua como intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para estudantes com surdez, e para eventos onde se faz necessária a tradução simultânea da língua oral para a língua de sinais.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo possibilita, através da organização metodológica curricular, o estudo e reflexão desta importante área de conhecimento que é a educação inclusiva.

14. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e educação ambiental

Os Cursos de Graduação da UFPR Litoral são constituídos pela seguinte organização curricular: Fundamentos Teóricos Práticos, Interações Culturais e Humanísticas e Projetos de Aprendizagem, em que se encontram inseridas as discussões sobre a temática da Educação das Relações Étnico-raciais na temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e a integração com a educação ambiental de modo transversal, contínuo e permanente, atendendo ao disposto nas legislações vigentes: Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

15. POLÍTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Setor Litoral da UFPR conta com uma estrutura administrativa, acadêmica e pedagógica que fica à disposição dos educandos para orientá-los em todas as necessidades e demandas. Os educandos são estimulados a participar de eventos de extensão, congressos, seminários e simpósios juntamente com servidores docentes, e para tanto, quando possível, são disponibilizados recursos financeiros na forma de passagens para transporte, hospedagem, reembolso de inscrição, etc. A realização dos projetos de aprendizagem pelos estudantes também conta com ajuda de custo, quando possível, seja de projetos dos docentes envolvidos, seja de recursos setoriais destinados para este fim.

Há ainda a possibilidade dos educandos obterem bolsas permanência como ajuda de custo para a manutenção de seus estudos, e dando a possibilidade de estágio dentro das áreas administrativas do Setor Litoral. Todas as atividades formativas realizadas pelos educandos, dispostas pela resolução no 70/04-CEPE, são constituídas de atividades complementares em relação aos eixos fundamentais do currículo e são regularizadas e acompanhadas diretamente por servidores docentes. Estas atividades contemplam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de flexibilização do currículo e estímulo ao protagonismo do educando na construção do seu conhecimento e para o enriquecimento da formação acadêmica.

O apoio pedagógico aos alunos é realizado através de vários núcleos estruturantes dentro do Setor Litoral. O LABNAPNE (Laboratório do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UFPR Litoral) atende educandos e servidores e visa oferecer alternativas à permanência de pessoas com algum tipo de necessidade especial. Há ainda o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), cujo objetivo geral é constituir um centro de referência articulador e promotor de atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionados ao campo de estudo afro-brasileiro, além de atender aos educandos e servidores. O NEAB possui ainda o objetivo de produzir e difundir o conhecimento dentro desta área de estudo, além de promover o intercâmbio de informações e discussões das ações desenvolvidas no Setor Litoral

da UFPR. Outro núcleo de apoio pedagógico é o NAPA (Núcleo de Acompanhamento de Políticas Afirmativas) que articula os programas e políticas afirmativas da UFPR e colabora com sua reflexão e avaliação por meio de grupos de trabalho formado por professores pesquisadores e discentes bolsistas, de graduação e pós-graduação. O NAPA acompanha a trajetória de estudantes indígenas e afro-descendentes.

16. AVALIAÇÃO DO CURSO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Setor Litoral da UFPR utiliza, preferencialmente, a metodologia de Ensino por Projetos. O ensino por projetos visa a modificação do espaço acadêmico tradicional, transformando-o num espaço interativo, aberto às suas múltiplas dimensões e realidades. O trabalho por projetos traz uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino-aprendizagem. Adquirir conhecimentos deixa de ser simplesmente um ato de memorização, e ensinar deixa de ser a mera transmissão de conhecimentos prontos. Neste entender, todo conhecimento é construído em estreita relação com o contexto em que é utilizado, sendo, portanto, impossível de separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais deste processo.

Têm-se como metas com esse tipo de metodologia que o educando aprenda no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar, e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. O educador deixa de ser aquele que ensina para ser um mediador na (re)construção do conhecimento, para que o educando possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. Entende-se como mediação na perspectiva dialética o sentido de negação do imediato na relação com o mediato, ou seja, busca-se a superação do imediato, sem que a primeira seja anulada pela segunda; ao contrário, o imediato está presente no mediato. A negatividade da mediação é responsável pela reflexão recíproca de um termo no outro. O papel do professor nesse caso é o

de problematizador, já que na metodologia por projeto a pesquisa é o princípio educativo. Os momentos coletivos com os educandos não podem prescindir do diálogo.

De modo sintético, a metodologia de ensino por projetos apresenta algumas características fundamentais:

- Um projeto é uma atividade intencional: o envolvimento dos alunos é a premissa básica no trabalho por projetos. Isso dá sentido às atividades e une os objetivos propostos com o produto final que pode apresentar formas bastante variadas, mas que procura responder à pergunta inicial e reflete o trabalho desenvolvido;

- A autonomia dos educandos é essencial: os educandos são os principais responsáveis pelo desenvolvimento das atividades e pelas escolhas ao longo do projeto. Geralmente fazem-no em equipe, motivo pelo qual a cooperação está quase sempre intimamente associada ao trabalho;

- Um projeto deve apresentar complexidade e resolução de problemas: o objetivo central do projeto constitui um problema ou uma fonte geradora de problemas, geralmente levantada pelos próprios educandos, que exige uma atividade para sua resolução;

- Um projeto percorre várias fases: após a escolha do objetivo central do projeto, seguem-se as fases de formulação dos problemas, planejamento, execução, avaliação e divulgação dos trabalhos.

- A autonomia de cada educandos, ou grupo de educandos, permite que os conhecimentos sejam trabalhados de acordo com suas necessidades, respeitando seus interesses e maneiras de compreendê-los. O papel do educador, nestes casos, é o de mediador e responsável pelo processo ensino aprendizagem. Uma vez que o desenvolvimento do projeto encontre-se estagnado por algum motivo qualquer, é papel do educador (ou educadores) atuarem como direcionadores e facilitadores do processo. A avaliação dos projetos por parte do professor, e com a colaboração dos educandos que o desenvolveram, dá-se, de forma processual, ao longo de todo o

desenvolvimento do processo de construção dos projetos. Desta forma, ensina-se não somente pela transmissão de conteúdo, mas principalmente pelas experiências e relações proporcionadas, pelos problemas criados, e pela ação desencadeada. Tem-se, portanto, mais ênfase ao método processual de aquisição e construção crítica de conhecimento, do que a transmissão de conteúdos escolhidos pelo educador que não encontram referência na realidade concreta dos estudantes.

A avaliação semestral da aprendizagem dos educandos do Curso segue os princípios do Sistema de Avaliação do Setor Litoral da UFPR, o qual se centra em processos com múltiplos objetivos, através de indicadores progressivos.

O Processo de Avaliação é coordenado por educadores mediadores dos projetos de aprendizagem, pela Equipe do Curso, pelos mediadores das Interações Culturais e Humanísticas e pelos mediadores de projetos de estudos da turma. É obrigatório que cada discente apresente semestralmente um portfólio em que são detalhadas as atividades realizadas em cada eixo pedagógico (ICH, PA e FTP).

Durante o período de estudos os educandos têm seu desempenho acompanhado e conceituado como APL (Aprendizagem Plena), AS (Aprendizagem Suficiente) e APS (Aprendizado parcialmente Suficiente), A conceituação APL (Aprendizagem plena) identifica que o educando atendeu aos objetivos do curso com destaque no desempenho. O conceito AS (Aprendizagem suficiente) indica que o educando atendeu satisfatoriamente aos objetivos do curso.

O educando com conceito APS (Aprendizagem parcialmente suficiente) identifica objetivos de aprendizagem não alcançados, e a necessidade de acompanhamento, portanto, o educando terá um tempo de estudos ampliado e acompanhado pelos docentes para alcançar os objetivos de aprendizagem ainda pendentes, esse período é chamado de SEI (Semana de Estudos Intensivos).

O final da avaliação é feito pelo Comitê de Avaliação de Ensino-Aprendizagem (CAEA), momento em que ocorre a integração do processo avaliativo dos educandos nos diferentes espaços de aprendizagem. Bem como o encaminhamento dos estudantes que não regularizaram suas pendências para o Programa de Reforço

e Acompanhamento da Aprendizagem Estudantil (PRAAE), o qual tem a cada período de avaliação um edital específico que regula seu funcionamento.

17. MATRIZ CURRICULAR

A organização curricular parte do PPP do Setor Litoral da UFPR, como consta na apresentação deste PPC. Os Espaços Curriculares de Aprendizagem são os Projetos de Aprendizagens (PA), As Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e os Fundamentos Teóricos Práticos (FTP). Cada espaço curricular estará inserido em uma fase do currículo que seriam:

1. Conhecer e compreender
2. Compreender e Propor
3. Propor e Agir

O desenho curricular que se fundamenta na educação por projetos permite que o estudante construa o conhecimento, integrando diversas áreas do conhecimento, por isso, a metodologia de trabalho por projetos implica na construção de um **currículo flexível**. Essa flexibilidade curricular tem as seguintes características no Curso de Licenciatura em Educação do Campo:

- Além dos fundamentos teórico-práticos, específicos de cada curso, como já mencionado o educando organiza o seu cotidiano tendo também espaços semanais para as Interações Culturais e Humanísticas (ICH) e para dedicar-se ao projeto de aprendizagem (PA) que poderá ser o trabalho de Conclusão de curso. O educando é incentivado a perceber criticamente a realidade, compreender os diversos aspectos que a estruturam e a estabelecer ações onde a busca de conhecimento se encontra com situações da realidade local, configurando relações entre pessoas, saberes e instituições, entre elas a UFPR e a comunidade da região litorânea e Vale do Ribeira;

- Os FTP caracterizam-se por temáticas amplas pertinentes a formação de professor da Educação do Campo, já que o trabalho por projetos prescinde da interdisciplinaridade rompendo deste modo com o paradigma da disciplinaridade e optando-se, portanto, por trabalhar com espaços de formação que têm como principal articulador os projetos de aprendizagens, originados na realidade concreta do meio em que estão inseridos. Esses projetos possibilitam o diálogo com os fundamentos teórico-práticos, que empiricamente já os constituem. Esse diálogo se expande ao abarcar as interações culturais e humanísticas que se apresenta como espaço para a troca com pessoas da comunidade externa, de outros cursos, de outras realidades e também como possibilidade de síntese e reflexão de sua formação e de seu papel social. Portanto, o currículo contempla em seus espaços a educação como totalidade, objetivando superar a proposta fragmentária, da pesquisa, do ensino e da extensão.

Os FTP não possuem uma sequência linear, pré-definida, ou seja, não há pré requisitos no currículo. A cada semestre letivo a turma pode fazer uma opção por uma temática prevista no currículo baseada ao momento histórico-social da realidade e as características da turma. A intenção do processo educativo é a educação como totalidade e o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de protagonismo de seus sujeitos e de suas coletividades. No entanto, findo os três anos de Curso, todas as temáticas e os objetivos do currículo deverão ter sido atendidos.

O papel dos conteúdos e tempos está intrinsecamente conectado com a participação dos indivíduos como sujeitos de processos culturais, econômicos e acadêmicos da sociedade, das instituições de educação bem como das comunidades.

Considerando a categoria totalidade inerente ao PPP do setor Litoral da UFPR, a Formação para a Docência é o eixo central do Curso e, portanto, esse currículo não prevê dicotomia entre conhecimentos pedagógicos e conhecimentos específicos. Desse modo os conhecimentos pedagógicos são transversais ao Curso, devendo obrigatoriamente, dialogar com os conhecimentos específicos integralmente.

Na sequência uma síntese da organização curricular.

MATRIZ CURRICULAR

1ª FASE - CONHECER E COMPREENDER			
		Temática	CH
1º ANO – Núcleo Comum	Semestre I	Reconhecimento da realidade	80
		Educação, Ciências e a questão Agrária no Brasil	160
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Projetos de Aprendizagem	80
		A Educação do Campo e as Ciências da Natureza	160
	Semestre II	Estágio Supervisionado I	80
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Projetos de Aprendizagem	80
		Carga horária total:	800 h

2ª FASE –COMPREENDER E PROPOR			
		Temática	CH
2º ANO	Semestre I	A pesquisa como princípio educativo e a Prática de ensino	160
		Estágio Supervisionado II	80
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Projetos de Aprendizagem	80
	Semestre II	As ciências e a prática de ensino I	160
		Estágio Supervisionado III	80
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Projetos de Aprendizagem	80
Carga horária total:			800 h

3ª FASE –PROPOR E AGIR - CIÊNCIAS DA NATUREZA			
		Temática	CH
3º ANO	Semestre I	As ciências e a prática de ensino II	160
		Estágio Supervisionados IV	80
		Interações Culturais e Humanísticas V	80
		Projetos de Aprendizagem V	80
	Semestre II	As ciências suas tecnologias no campo I e a prática de ensino	160
		Estágio Supervisionado V	80
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Projetos de Aprendizagem	80
	Carga horária total:		

3ª FASE –PROPOR E AGIR - CIÊNCIAS DA NATUREZA			
		Temática	CH
4º ANO	Semestre I	As ciências suas tecnologias no campo II e a prática de ensino	240
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Trabalho de Conclusão de Curso	80
	Semestre II	Processos da diversidade e inclusão e a Prática de Ensino	180
		Comunicação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60
		Interações Culturais e Humanísticas	80
		Trabalho de Conclusão de Curso	80
Carga horária total:			800

17.1 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Espaços de Aprendizagem	Tempo Universidade	Tempo Comunidade	Carga Horária Total
Fundamentos Teórico-Práticos e Prática de Ensino	912 h	608 h	1520 h
Projetos de Aprendizagem	288 h	192 h	480 h
Interações Culturais e Humanísticas	384 h	256 h	640 h
Estágio Supervisionado	40 h	360 h	400 h
Trabalho de Conclusão de Curso	96 h	64h	160 h
Atividades Formativas Complementares	100 h	100 h	200 h
Total	1820 h	1580 h	3400 h

18.2 RELAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR COM O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



Tempo Universidad e

PROJETOS DE APRENDIZAGEM

INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Tempo Comunidade de

* Reconhecimento da Realidade;
* Educação, Ciências e a questão agrária no Brasil;
* A Educação do Campo e as Ciências da Natureza.

* Pesquisa como Princípio Educativo e a prática de ensino;
* As ciências e a prática de ensino I

* As ciências e a prática de ensino II;
* As ciências suas tecnologias no campo I e a prática de ensino .
* LIBRAS

* As ciências suas tecnologias no campo II e a prática de ensino ;
* Processos da diversidade e inclusão e a Prática de ensino

19. PLANO DE ENSINO

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Reconhecimento da realidade		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4	LB:	CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Reconhecimento da realidade da Educação do Campo no litoral Paranaense e no Vale do Ribeira, buscando elementos históricos, culturais, ambientais, sociais e econômicos relacionados às populações camponesas. Diagnósticos das percepções, por meio de um observatório social. Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BEGOSSI A. (org.) Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia . São Paulo: HUCITEC, 2004.		
BIGARELLA, J. J. Matinho: homem e terra - reminiscências . 3. ed. Curitiba, PR : Fundação Municipal de Curitiba, 2009.		
FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real . São Paulo: Cortez, 1999.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
DIEGUES Antônio Carlos, VIANA Virgílio M. (org.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica : coletânea de textos/Seminário Alternativas de Manejo Sustentável de Recursos Naturais do Vale do Ribeira, 15 a 19 de junho, 1999; 2.ed. São Paulo: HUCITEC : NUPAUB : CEC, 2004.		
DIEGUES. Antonio Carlos. Enciclopédia caiçara (org). São Paulo: HUCITEC: NUPAUB/CEC, 2004.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura: _____		

Legenda: Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

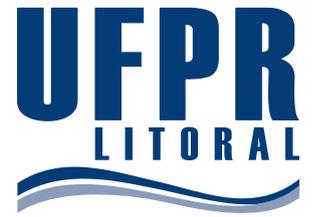
Módulo: Educação, Ciências e Questão Agrária no Brasil		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 160h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 8 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 8		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Modelo de Educação implantado no Brasil; Educação a serviço de quem? Histórica e filosofia das Ciências, seus processos de trabalho, seus desafios epistemológicos e suas implicações sociais, relativizadas mediante o reconhecimento dos saberes locais historicamente construídos no campo; Análise do modo de produção capitalista e as transformações nas relações de produção industrial e agrária, e suas implicações na organização social e educacional. Questão Agrária no Brasil. Análise da conjuntura sócio-econômica internacional do campo e suas conseqüências na definição das políticas brasileiras para o campo. A agricultura familiar e camponesa e sua inserção no cenário histórico e temporal nacional e local.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004. ESTEVES DE VASCONCELLOS, Maria José. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. 4. ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2002. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo, Proposta Editorial, 1980. HARVEY, David. Condição Pós Moderna. São Paulo: Loyola, 1992</p>		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR -



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: A Educação do Campo e as Ciências da Natureza		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 160h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 8	LB:	CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 8
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Estudo sobre a constituição e teorias do Estado Moderno. LDB, 1996; Princípios da Educação do Campo e a sua relação com as ciências; Diretrizes Operacionais da Educação do Campo; Redefinição do papel do Estado e dos Movimentos Sociais e suas implicações na definição da legislação e das políticas educacionais para a educação do campo no contexto da história da educação brasileira. Políticas públicas para o campo na atualidade; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANDRADE, M. R.(et al.). A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva – uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.</p> <p>ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.</p> <p>CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção. IN: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília, 2002.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>CALIARI, Rogério. Pedagogia da alternância e desenvolvimento local. Lavras: UFLA, 2002.</p> <p>BRASIL. Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002.</p>		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo:		
Assinatura: _____		

Legenda: Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Estágio Supervisionado I		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: 4 OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Estudo, concepção e elaboração do plano de atividades de estágio. Estágio nas escolas da rede pública para prática de atividades relacionadas a situações de ensino-aprendizagem de docência em Educação do Campo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional , número 9.394 de 20 de dezembro de 1996. _____. Plano Nacional de Educação . MEC, Brasília, 2001.		
PARANÁ. SEED. Plano Estadual de Educação. PEE.PR – uma construção coletiva . Versão preliminar. Curitiba, SEED, setembro de 2005 (mimeo).		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
BRASIL. Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo . Brasília: MEC, 2002.		
CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. IN: KUENZER, Acácia; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil . São Paulo: Cortez, 1999.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: A pesquisa como princípio educativo e a Prática de ensino	Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD	
C.H. Total (Semestral): 160h	
Carga horária em EAD: não há	
C.H. semanal distribuída por PD: 6 LB: 2 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:8	
EMENTA (Unidades Didáticas)	
A pesquisa como elemento constituinte da produção de conhecimento na área da educação do campo. Implicações éticas e políticas da pesquisa no âmbito da educação do campo. Abordagens teóricas da pesquisa, metodologia e métodos. Elaboração de projeto de pesquisa e sistematização dos resultados em forma de trabalho de Conclusão de curso. Relação dos instrumentos metodológicos com a realidade vivida no tempo – comunidade.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRANDÃO, C. R. Repensando a pesquisa participante . São Paulo: Brasiliense, 1999.	
BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação . Portugal: Porto, 1994.	
FAZENDA, I. (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FAZENDA, I. Metodologia de pesquisa educacional . São Paulo: Cortez, 1989.	
SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências . 8. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.	
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes	
Assinatura: _____	

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Estágio Supervisionado II		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: 4 OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Construção da identidade docente e do papel do professor que tem na comunidade e na escola os processos de ensino-aprendizagem. As atividades são realizadas na alternância entre a escola-campo e as reuniões presenciais de ensino com pesquisa com os orientadores e supervisores e privilegiam a produção textual com a revisão de literatura sobre os assuntos tratados. Estágio nas escolas da rede pública para prática de atividades relacionadas a situações de ensino-aprendizagem de docência em Educação do Campo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALBERTI, V. Ouvir Contar : Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.		
SILVA, A. S.; PINTO, J. M. Metodologia das ciências sociais . Porto: Afrontamento, 1986.		
THIOLLENT. Metodologia de Pesquisa Participativa & Pesquisa-Ação .		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
PARANÁ. SEED. Plano Estadual de Educação. PEE.PR – uma construção coletiva . Versão preliminar. Curitiba, SEED, setembro de 2005 (mimeo).		
GRANGER, G.-G. A ciência e as ciências . Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: As ciências e a prática de ensino I		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa		Semestral (X) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 160h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 6		LB: 2 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 8
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Fundamentos da física, química e biologia. Reflexões sobre educação e processos educativos escolares e não escolares dos “Saberes da Terra” inseridos com a prática de ensino na realidade do sujeito. Organização do trabalho pedagógico no cotidiano escolar. Planejamento educacional, seus objetivos e procedimentos metodológicos, currículo e avaliação no contexto das Ciências da Natureza. Fundamentação teórico-metodológico de processos educativos nas diferentes áreas de conhecimento e habilitação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.		
CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis : Vozes, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
LUCK, Heloísa. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos. Rio de Janeiro : Vozes, 1994.		
MOTTA, F. C. P. O que é burocracia. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Estágio Supervisionado III		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial (x) EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: 4 OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
<p>Estudos dos hábitos da sala de aula, a postura do educador, o processo de ensino-aprendizagem, a relação entre educandos e a metodologia aplicada. Confronto das experiências com os estudos teóricos sobre as finalidades da educação na formação da sociedade humana. Registro reflexivo que mostra o Estágio como reflexão da práxis, a partir do estágio como pesquisa, e a pesquisa no Estágio. Regência que compreende a monitoria e o registro reflexivo, que é a produção escrita em forma de trabalho monográfico sobre o processo vivenciado. Produção da monografia, na qual se encontram as metodologias de investigação aplicadas, os achados da pesquisa, os pontos de reflexão e os desdobramentos desta.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Orgs.). Gestão escolar democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 79-93. SOBRINHO, José Dias. Avaliação da Educação Superior. Petrópolis : Vozes, 2000. TRAGTENBERG, M. Burocracia e Ideologia. São Paulo: Ática, 1980.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>ÁVILA, G., Introdução à Análise Matemática. Editora Edgard Blücher LTDA, 1993. BERG, J. M., LUBERT STRYER J.L.T. Bioquímica. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p>		
<p>Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura: _____</p>		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: As ciências e a prática de ensino II		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial (x) EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 160h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 6 LB: 2 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 8		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
<p>A Física, Química e Biologia reconhecidas, a partir da saúde na agricultura familiar e suas relações com o meio ambiente.</p> <p>A Física, Química e Biologia a partir de análise de práticas pedagógicas de Ciências da Natureza nas escolas públicas regionais, contextualizados com as mais recentes contribuições das Ciências, com as etnociências e com filosofia da Ciência.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ÁVILA, G., Análise Real para Licenciatura.</p> <p>COOPER. Geoffrey M.; HAUSMAN Robert E. A célula: uma abordagem molecular. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2007</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>DAWIKINS, R. A Grande História Da Evolução. 2009. Editora Companhia das Letras.</p> <p>FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo. Cortez, 2001)</p>		
<p>Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes</p> <p>Assinatura: _____</p>		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Estágio Supervisionado IV		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: 4 OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
Desenvolvimento de atividades que busquem a análise de dimensões administrativas e organizacionais da escola, acompanhamento dos processos de planejamento, relação escola comunidade, observação de atividades extra-classe, entrevistas com educadores, educandos, equipe pedagógica e comunidade, análise de produções de educandos, análise de situações- problema, estudos de caso, entre outras atividades. Produção da monografia, na qual se encontram as metodologias de investigação aplicadas, os achados da pesquisa, os pontos de reflexão e os desdobramentos desta.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KRASILCHIK, Myriam ; MARANDINO, Martha. Ensino de Ciências e Cidadania . São Paulo: Moderna, 2004. v. 1. 88 p		
PESSOA, Jadir de Moraes. Cotidiano e História: para falar de camponeses ocupantes . Goiânia : UFG, 1997.		
MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST . São Paulo: Expressão Popular, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
LAMARCHE, Hugues (Coord.). <i>Agricultura familiar</i> . Campinas: Editora da Unicamp, 1998.		
PRIMAVESI, A. Agricultura sustentável . São Paulo: Nobel. 1992.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda: Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio
OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: As ciências suas tecnologias no campo I e a prática de ensino		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa		Semestral (X) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 160h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 6		LB: 2 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 8
EMENTA (Unidades Didáticas):		
<p>Prática de Ensino em Escolas públicas locais a partir da relação com ensino-aprendizagem de: Biotecnologia e sociedade; Técnicas artesanais e aplicações tecnológicas; Problemas sociais e desenvolvimento científico e tecnológico; Produção global de bens e de serviços; Disseminação da cultura da informação; Universalização de hábitos de alimentação, vestuário e lazer; Conhecimento e informação; Conhecimentos, instrumentos, materiais e os processos que possibilitam as transformações tecnológicas; Acesso e o uso da Ciência e tecnologia; Origem e o destino social dos recursos científicos e tecnológicos; Conseqüências para a agricultura familiar; A economia solidária como perspectiva; desenvolvimento sustentável com a visão no glocal.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ASTOLFI, Jean-Pierre, DEVELAY Michel. A didática das ciências. 13. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.</p> <p>FREIRE, P. Educação e atualidade brasileira. São Paulo: Cortez, 2001.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>PESSOA, Jadir de Moraes. Cotidiano e História: para falar de camponeses ocupantes. Goiânia : UFG, 1997.</p> <p>GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 9 ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p>		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Estágio Supervisionado V		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: 4 OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
Vivências de regência paralela à produção da monografia, na qual se encontram as metodologias de investigação aplicadas, os achados da pesquisa, os pontos de reflexão e os seus desdobramentos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
SILVA, T. T. (Org.) ; MOREIRA, A. F. (Org.) . Currículo, cultura e sociedade . 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994. v. 1. 154 p.		
SACHS, Ignacy. <i>Desenvolvimento</i> : includente, sustentável, sustentado. RJ: Garamond, 2004.		
SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação . 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.		
VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnostico Rural Participativo- Um guia prático . Brasilia: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: As ciências suas tecnologias no campo II e a prática de ensino		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 240h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 9 LB: 3 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 12		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
Campo como espaço de vida e as relações com os sistemas de produção; Agroecologia; Tecnologias alternativas e a Agricultura familiar e camponesa; Economia solidária e os processos de comercialização.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, P. Extensão ou comunicação. 12 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.		
PISTRAK, M.M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo, Brasiliense, 1981.		
CALDART, R.S. Pedagogia do Movimento Sem Terra, São Paulo, Expressão popular, 2000;		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Makarenko, A. Vida e Obra — A Pedagogia na Revolução. LUEDEMANN, C. S. São Paulo, Expressão Popular, 2002.		
SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda: Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio
OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Comunicação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 60h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 3 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:3		
EMENTA (Unidades Didáticas):		
Necessidades da inclusão e os desafios enfrentados; Libras as formas de comunicação e inclusão; Inclusão e comunicação; formas de diálogos e expressão.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALMEIDA, Marina da S. Rodrigues, Manual para educadores sobre inclusão. Ed. Didática Paulista, São Paulo, fevereiro 2004.		
ALMEIDA, Marina da S. Rodrigues, Manual para pais sobre inclusão. Ed. Didática Paulista, São Paulo, fevereiro 2004.		
CONTINI Jr. A concepção do sistema alfabético por crianças em idade pré- escolar. In: KATO, M. (org.). A concepção da escrita pela criança. 3ª.ed. Campinas: Pontes, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. São Paulo: Cortez, 1985.		
MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.		
Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura: _____		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).		
DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.		
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.		
UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura:		

Legenda: Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio
OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:2 LB: CP: 2 ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).		
DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 47ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
MORIN, Edgar. Os setes Saberes necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO. 2001.		
UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 2 LB: CP: 2 ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura). DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002. UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
<p>MORIN, Edgar. A cabeça Bem-Feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. MORIN, Edgar. Saberes globais e Saberes locais: O olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.</p>		
<p>Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura:</p>		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 2 LB: CP: 2 ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura). DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002. UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
<p>MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Ed. revista e modificada pelo autor. 8ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. SOUSA SANTOS, Boaventura. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Volume 1 - A crítica da Razão indolente: Contra o desperdício da Experiência. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001. UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.</p>		
<p>Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes Assinatura:</p>		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 2 LB: CP: 2 ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).		
DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
SOUSA SANTOS, Boaventura. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.		
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2007.		
UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Projetos de Aprendizagem		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 2 LB: CP: 2 ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Reconhecimento do Litoral e construção do Projeto de Aprendizagem. Reconhecimento da atuação profissional. Introdução ao mundo universitário: o Projeto Político Pedagógico do Litoral e o Projeto de Aprendizagem. Construção de Projetos de Aprendizagem interdisciplinares. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).		
DEMO, Pedro. Complexidade e Aprendizagem - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2007.		
ZABALA, Antonio. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed; 1998.		
UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Trabalho de Conclusão de Curso		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: OR: 4 C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Espaço de sistematização das aprendizagens construídas ao longo do Curso. Tendo como ponto de partida o processo desenvolvido até então por meio do Projeto de Aprendizagem. Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
<p>ANDRÉ, Marli Eliza. A etnografia da prática escolar. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, Gislene A (org.) Universidade, formação, cidadania. São Paulo: Cortez, 2001. BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
<p>FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.</p>		
<p>Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes</p> <p>Assinatura:</p>		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Trabalho de Conclusão de Curso		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: LB: CP: ES: OR: 4 C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
<p>Espaço de sistematização das aprendizagens construídas ao longo do Curso. Tendo como ponto de partida o processo desenvolvido até então por meio do Projeto de Aprendizagem. Integração e interação de diferentes áreas do conhecimento na atuação profissional. Articulação com os Fundamentos Teóricos Práticos e Interações Culturais Humanísticas. A interação entre mediador/ estudantes numa perspectiva dialógica; lógicas diferentes que podem ser reveladas com a trajetória de vida do estudante ou outras formas. Encontros coletivos de Projetos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
<p>ANDRÉ, Marli Eliza. A etnografia da prática escolar. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995. ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, Gislene A (org.) Universidade, formação, cidadania. São Paulo: Cortez, 2001. BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
<p>FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. UFPR LITORAL. Feira de Profissões 2008. Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral: 2009.</p>		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa		Semestral (x) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4	LB:	CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança). UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005. CHAUI, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa		Semestral (x) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa		Semestral (x) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa		Semestral (x) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

FICHA Nº 1 (permanente)

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa		Semestral (x) Anual () Modular ()
Pré-requisito: não há		Co-requisito: não há
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4 LB: CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivencia de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
CHAUÍ, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

Módulo: Processos da diversidade e inclusão e a Prática de Ensino		Código:
Natureza: (X) obrigatória () optativa	Semestral (X) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (X) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 180h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD: 7 LB: 2 CP: ES: OR: C.H. Total Semanal: 9		
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Declaração universal dos direitos humanos; Principais instrumentos regionais de direitos humanos e respectivos instrumentos de implantação; Identificação dos processos em rede; Avaliação das experiências com inclusão e diversidade. Vivências nas escolas do campo. Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Repensando a Pesquisa Participante. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.		
THIOLLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987.		
CHAUI, M. Cidadania Cultural: O direito à cultura. D. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança).		
UFPR. Projeto Político Pedagógico do Setor Litoral. Mimeo. Universidade Federal do Paraná, 2005.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

Módulo: Interações Culturais e Humanísticas		Código:
Natureza: (x) obrigatória () optativa	Semestral (x) Anual () Modular ()	
Pré-requisito: não há	Co-requisito: não há	
Modalidade: (x) Presencial () EaD () 20% EaD		
C.H. Total (Semestral): 80h		
Carga horária em EAD: não há		
C.H. semanal distribuída por PD:4	LB:	CP: ES: OR: C.H. Total Semanal:4
EMENTA (Unidades Didáticas)		
Vivência de relações humanas simétricas e dialógicas; Estudo de cultura e sociedade; Experimentação da construção coletiva e autogestão; Contextualização crítica numa perspectiva libertária; Articulação dos saberes e desejos; Avaliação qualitativa e coletiva.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 TÍTULOS)		
GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982.		
SOUSA SANTOS, Boaventura de. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.		
SILVA, Luiz Heron. Reestruturação curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (2 TÍTULOS)		
Definida pela temática e tipologia da atividade de ICH freqüentada pelo estudante.		
Coordenador do curso de Licenciatura em Educação do Campo: : Maurício Cesar Vitória Fagundes		
Assinatura:		

Legenda:

Conforme Resolução 15/10-CEPE: PD- Padrão LB – Laboratório CP – Campo ES – Estágio OR - Orientada

20. ESTÁGIO

20.1. REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

A formação do licenciado é complementada pelas atividades formativas e por estágios curriculares, que devem ser realizados de forma articulada e com o processo de formação e com a realidade local, proporcionando ao educando a construção da aprendizagem relacionada as diferentes áreas do conhecimento científico, social, cultural e docente de forma dinamizada e contextualizada. Dentro das atividades formativas ao longo do curso de licenciatura, o educando poderá flexibilizar-se em realizar estágios não-obrigatórios além da carga horária mínima do estágio obrigatório. A intencionalidade dessas atividades é promover inserção dos sujeitos em diferentes ambientes nas suas respectivas condições permitindo que formação do estudante esteja relacionada com a área da licenciatura, na perspectiva da construção profissional da educação do campo.

Os estágios obrigatórios e não-obrigatórios estão dispostos na Lei no. 11.780 de 25 de setembro de 2008, sendo assim definidos em seu artigo 1º:

“Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.”

Na Universidade Federal do Paraná, os estágios obrigatórios e não-obrigatórios estão regulamentados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em sua resolução no. 46/10 e em suas instruções normativas

subseqüentes(instrução normativa 01/12 e 02/12). As demais atividades formativas também são regulamentadas pelo CEPE em sua resolução no. 70/04.

CAPÍTULO I DAS MODALIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 1º São modalidades o estágio curricular supervisionado obrigatório e o estágio curricular não obrigatório.

Art. 2º O Estágio supervisionado de caráter obrigatório integra o Projeto Pedagógico do Curso e deve ser cumprido pelo estudante em período, carga horária e programa de aprendizagem nele previstos.

Art. 3º O estágio supervisionado não obrigatório constitui-se em atividade formativa complementar realizada pelo estudante em período distinto do Estágio Supervisionado Obrigatório, de modo facultativo, segundo disponibilidade e interesse do estudante, que deverá cumprir as diretrizes deste regulamento e da legislação vigente.

Art. 4º coordenação do estágio curricular não obrigatório será de responsabilidade cumulativa à coordenação do estágio curricular obrigatório.

Art. 5º O Estágio não-obrigatório deverá seguir a Resolução Nº 46/10-CEPE.

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 6º - A presente Regulamentação está embasada nos dispositivos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, sobre os estágios, na Resolução 46/10 – CEPE, que dispõe sobre as diretrizes gerais para os estágios na Universidade Federal do Paraná.

Art. 7º - O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, integrando o processo formativo do estudante e segue as normativas da Coordenação Geral de Estágios –

CGE, no âmbito da Administração Superior da UFPR e da Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no âmbito do Setor Litoral.

Art. 8º - Sua execução atende ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e se articula aos eixos transversais e estruturantes do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Setor Litoral: Fundamentos Teórico-Práticos (FTP), Projetos de Aprendizagem (PA) e Interações Culturais e Humanísticas (ICH).

CAPÍTULO II

DA CONCEPÇÃO E OBJETIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma atividade formativa, sob acompanhamento sistemático da Câmara do Curso, mais especificamente, da Comissão de Estágios e dos professores orientadores e supervisores.

As atividades de Estágio Supervisionado visam à inserção na Rede Pública de Educação básica do campo Municipal e Estadual, da sua comunidade, esse processo já está articulado pela UFPR – Setor Litoral, desde 2008.

As atividades de Estágio Supervisionado visam à inserção gradativa do profissional em formação nos processos escolares, devendo abarcar três situações, que embora distintas, não são lineares, ou seja, é desejável que se desenvolvam dialeticamente, por meio da ação/reflexão/ação nos espaços e processos da escola campo. Está implícita em todos os momentos a observação, o diálogo, a pesquisa, a ação e o aprofundamento teórico.

FASES DO ESTÁGIO

INSERÇÃO I – envolve atividades relacionadas com o diagnóstico do contexto social em que se organiza o trabalho pedagógico, bem como a análise das correlações que se estabelecem entre o cotidiano das organizações escolares, a comunidade interna e externa e as exigências da sociedade contemporânea.

INSERÇÃO II – caracteriza-se pela análise multidimensional do processo educacional em sala de aula e nos demais espaços educativos, abordando propostas de construção do conhecimento centrados no processo ensino-aprendizagem percebido em todas as suas dimensões: características, etapas, tipologias e teorias, seus fatores de influência e problemas, suas práticas didático-pedagógicas, suas práxis avaliativas.

INSERÇÃO III – intervenção do profissional em formação no processo educativo garantindo o aperfeiçoamento da evolução e das especificidades dos processos utilizados na educação básica do campo, permeado por princípios filosóficos e políticos que sustentam a docência emancipatória.

OBJETIVOS DO ESTÁGIO

- I. Proporcionar a vivência, análise, planejamento e execução de atividades inerentes aos processos pedagógicos e administrativos desenvolvidos em escolas de educação básica do campo e em outros espaços formativos, em diálogo com os demais espaços curriculares do Curso;
- II. Considerar a pesquisa-ação como suleadora, pois a atividade docente inclui procedimentos de pesquisa e de intervenção, problematização, análise, reflexão e busca de alternativas para os problemas;
- III. Considerar criticamente os aspectos científicos, éticos, sociais, econômicos e políticos, que envolvem a prática docente e a gestão escolar do campo;
- IV. Oferecer ao licenciando a vivência e a busca de soluções para situações-problema no contexto profissional;
- V. Oportunizar que a teoria ilumine a prática e a prática ressignifique a teoria, em contexto histórico do campo e em condições objetivas de realização;
- VI.** Favorecer a integração da UFPR – Setor Litoral ao contexto social no qual ela se insere.

VII. Propiciar aos educandos um contato com ambientes de trabalho do profissional da educação do campo, habilitando-os;

VIII. Despertar nos educandos a percepção/entendimento da sala de aula como espaço educativo em que ensino, pesquisa e extensão não podem ocorrer de maneira dissociada;

IX. Proporcionar ao educandos o desenvolvimento de habilidades e competências, produzindo novos saberes, contribuindo com uma prática criativa e inovadora, para o encaminhamento de soluções aos problemas percebidos;

X. Contribuir com o processo de avaliação permanente do projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

CAPÍTULO III

DOS SUJEITOS DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 11º - São sujeitos do processo de Estágio Supervisionado:

I. **Estagiário:** estudante devidamente matriculado e cursando Licenciatura em Educação do Campo UFPR – Setor Litoral;

II. **Professor Supervisor:** Professor da Rede de Educação Básica;

III. **Professor Orientador de Estágio:** Professor, preferencialmente, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, vinculado à UFPR, designado pela Câmara do curso;

IV. **Coordenador de estágio:** Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, vinculado à UFPR, designado pela Câmara de Licenciatura em Educação do Campo, para acompanhamento dos estagiários.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 12º - São requisitos a serem cumpridos para o desenvolvimento do estágio curricular obrigatório e não-obrigatório:

I. **Termo de Convênio:** Instrumento jurídico assinado entre a Instituição de Ensino e a unidade concedente, onde serão acordadas as condições para realização do estágio. Este Termo de Convênio somente será firmado quando for exigência da unidade concedente do estágio, em virtude deste ato ser facultado tanto pela legislação vigente, quanto pela normatização interna desta Universidade;

II. **Matrícula e frequência regular** do estudante no curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo;

III. **Termo de Compromisso:** Documento celebrado entre o universitário e a unidade concedente – assinado pelo supervisor de campo, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino – assinatura da comissão de estágio e coordenador da câmara. Neste termo deve constar: carga horária, dias e horário das atividades, atribuições, nome do Professor Supervisor, explicitação de remuneração ou não para o estagiário; modalidade do estágio – obrigatório ou não obrigatório;

IV. **Seguro de acidentes em favor do estudante-estagiário:** Seguro, de responsabilidade da Universidade, contra acidentes ocorridos no local e em horário de estágio, bem como durante o deslocamento, será providenciado pela UFPR quando se tratar de estágio obrigatório e quando for o estágio não obrigatório deverá ser de responsabilidade da Unidade Concedente;

V. **Plano de estágio:** Documento elaborado em conjunto pela unidade de ensino e instituições campos de estágio, atendendo aos itens exigidos por este regulamento para ambas as modalidades;

VI. **Projeto de Ação de Estágio:** Instrumento que visa orientar o desenvolvimento do estágio, estabelecendo a relação entre as atividades de estágio e a área de formação profissional do universitário-estagiário, observadas as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso e as orientações deste regulamento, exclusivamente para a modalidade de estágio curricular obrigatório;

VII. **Monografia final de estágio:** Documento de sistematização do processo de estágio curricular obrigatório, elaborado de acordo com orientações do orientador e deste regulamento;

Parágrafo Único: Compete a Comissão de Estágios do curso de Licenciatura em Educação do Campo a verificação do cumprimento dos requisitos supracitados exigidos para o estágio curricular obrigatório.

CAPÍTULO V DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Art.13 – A modalidade de estágio não obrigatório realizada por alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo poderá ser reconhecida como atividade formativa complementar, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 14 – Para autorização de estágio não obrigatório pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, inicialmente o aluno deverá atender aos seguintes requisitos:

I – Estar matriculado com a carga mínima exigida no semestre.

II – Ter cursado com aprovação, as disciplinas previstas no semestre inicial do curso.

III – Não ter reprovação em nenhuma disciplina por falta no semestre imediatamente anterior à solicitação.

§ 1º – Aplica-se o contido nos incisos I e III para as solicitações de prorrogação de estágios já em andamento.

§ 2º - Não serão autorizados estágios para alunos que tenham integralizado o currículo.

Art. 15 – Para a formalização do estágio não obrigatório a Concedente deverá ter ciência e aceitar as normas institucionais da UFPR para este fim, bem como proceder a lavratura do respectivo Termo de Compromisso de Estágio.

§ Único – Os procedimentos e documentação para a formalização do estágio não

obrigatório para os alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo deverão seguir a ordem abaixo referida:

- a) Apresentação do “Termo de Compromisso de Estágio” e do “Plano de Atividades de Estágio” devidamente preenchidos e assinados pelos responsáveis na Concedente do Estágio.
- b) Histórico escolar atualizado e indicação do professor orientador no “Plano de Atividades de Estágio”.
- c) Entrega da documentação na Secretaria da Coordenação do Curso de para análise da COE e posterior aprovação do Coordenador do Curso.
- d) Após aprovação, a documentação deverá ser encaminhada à Coordenação Geral de Estágios da PROGRAD para homologação e cadastramento.

Art. 16 - A duração do estágio não obrigatório deverá ser de no mínimo um semestre letivo e no máximo dois anos, conforme legislação em vigor.

Art. 17 – O acompanhamento do estágio não obrigatório pelo professor da UFPR deverá seguir o contido no Capítulo VII do presente Regulamento.

Art. 18 – Após o término do estágio não obrigatório, o aluno poderá solicitar o respectivo certificado à Coordenação Geral de Estágios da PROGRAD, mediante apresentação de relatório e da ficha de avaliação aprovada pela COE do Curso.

CAPÍTULO VI DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 19º - O Estágio Supervisionado do Curso de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo poderá ser realizado em escolas, preferencialmente, em escolas públicas da região do Litoral do Paraná ou Vale do Ribeira e em espaços de educação não formal, desde que viabilizem a consecução dos objetivos previstos no art. 5.

CAPÍTULO VII

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Seção I

Do acompanhamento de Estágio

Art. 20º - O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UPFR – Setor Litoral disporá de uma Comissão de Estágio, cuja finalidade é oferecer apoio acadêmico aos processos de organização, encaminhamento, monitoramento e avaliação, de forma contínua, no que tange ao cumprimento do Estágio Supervisionado da Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 21º - A Comissão Orientadora de Estágio (COE) deverá ser composta por, no mínimo, três professores, eleitos pelos seus pares, no âmbito da Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, para o mandato de 02 (dois) anos.

§1º - A função de Comissão de Estágio deve ser contemplada no Plano Individual de Trabalho.

§2º - O Coordenador de Estágio é membro da Câmara de Licenciatura em Educação do Campo e definido pela própria Comissão.

Art. 22º. São atribuições da Comissão de Estágio:

- I. Proceder encaminhamentos relativos aos Termos de Convênios e rescisões dos campos de estágio, mediante análise das condições de viabilidade e cumprimento da legislação em vigor, pertinente ao estágio;
- II. Assinar os Termos de Compromisso de Estágio, firmados entre estudante e campo de estágio/supervisor;

- III. Publicizar e facilitar o acesso dos estudantes aos campos de estágio e às vagas ofertadas;
- IV. Tomar ciência dos processos de seleção dos estudantes às vagas de estágio e mediar o encaminhamento do estudante ao respectivo campo, averiguando o cumprimento dos dispositivos deste regulamento antes do início das atividades de estágio supervisionado;
- V. Articular reuniões semestrais com os orientadores, supervisores e eventos;
- VI. Realizar visitas ao campo de estágio, conforme necessidade;
- VII. Manter cadastro atualizado com registro dos campos de estágio, Professores Supervisores, Orientadores e Estagiários;
- VIII. Manter arquivos da documentação e gerenciar as informações de estágio do curso;
- IX. Gerir demandas apresentadas por supervisores, orientadores, estagiários e instituições campos de estágio;
- X. Estabelecer contato com as diferentes instituições objetivando analisar sua programação, interesse e possibilidade de oferecimento de vagas para estágio;
- XI. Colocar sob a apreciação da Câmara as questões relativas aos Estágios.

Seção II

Da Orientação Pedagógica

Art. 23º – A orientação pedagógica do estágio será realizada por um Professor Orientador, preferencialmente, do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR, na modalidade semi-direta, conforme conceituação da Resolução Nº 46/10-CEPE e legislação em vigor. São atribuições do Professor Orientador Pedagógico:

- I. Acompanhar e orientar a elaboração e execução do plano de estágio, projeto de ação, relatórios semestrais de estágio e demais documentos pedagógicos exigidos neste processo;

- II. Realizar orientação individual ou grupal dos estagiários sob sua responsabilidade, periodicamente, conforme cronograma definido no início de cada semestre;
- III. Realizar visitas aos campos de estágio conforme necessidade;
- IV. Avaliar, em conjunto com o supervisor, o processo ensino-aprendizagem e o desempenho do estagiário a partir dos critérios deste regulamento e do plano de estágio;
- V. Receber, ler, manter sigilo e observar criticamente as sínteses profissionais construídas pelos(as) estagiários(as), conduzindo a supervisão embasada em pressupostos teóricos, ético, políticos, técnico-operativos que contribuam com uma formação integral;
- VI. Exigir o registro da frequência mensal em Ficha de Registro de Presença padrão do Curso, computando as horas relativas ao mês, com as assinaturas do estagiário e supervisor e ao final do semestre, juntamente com respectivos conceitos, encaminhar à Comissão de Estágio para registro;
- VII. Prestar as informações de natureza pedagógica e administrativa ao aluno estagiário, pertinente à regulamentação do estágio em questão;
- VIII. Zelar pelo cumprimento dos dispositivos legais e dos termos deste regulamento.

Seção III

Da Supervisão

Parágrafo Único: A supervisão do estágio será realizada por um Professor que atue na área das Ciências da Natureza do Campo de Estágio de forma direta e contínua.

Art. 24º - São atribuições do Supervisor:

- I. Elaborar e aprovar, em conjunto com o orientador e o estagiário, o plano de estágio a ser desenvolvido;
- II. Apresentar ao estagiário, a instituição campo de estágio, facilitando-lhe o acesso às fontes de informações;

- III. Realizar supervisão direta individual e/ou grupal com os estagiários para orientar, refletir e avaliar as atividades desenvolvidas no processo de estágio;
- IV. Participar da Elaboração do Projeto de ação de Estágio, conjuntamente com o Orientador e o Estagiário;
- V. Registrar a frequência mensal e a carga horária cumprida pelo estagiário em Ficha de Registro de Presença, assinada pelo estagiário, vistá-la e encaminhá-la ao supervisor pedagógico;
- VI. Avaliar em conjunto com o Orientador o processo ensino-aprendizagem e o desempenho do estagiário a partir dos critérios deste Regulamento e do Plano de Estágio;
- VII. Informar imediatamente à Comissão de Estágio eventuais irregularidades e quaisquer situações de dificuldade nas atividades do estágio;
- VIII. Comunicar à Comissão de estágio, o número de vagas disponíveis para estágio a cada semestre;

Seção IV

Das atribuições e responsabilidades do estagiário

Art. 25º - São atribuições do Estagiário:

- I. Cumprir as determinações regulamentares, os prazos e as atividades programadas para o seu período de estágio curricular obrigatório;
- II. Respeitar as normas e dinâmica de funcionamento da instituição campo de estágio, bem como disponibilizar cópia da documentação administrativa e pedagógica;
- III. Elaborar, em conjunto com o professor orientador e o supervisor, o Plano de Estágio a ser desenvolvido;
- IV. Cumprir integralmente a carga horária estipulada para o estágio no PPC, comparecendo ao campo de estágio nos dias e horários estabelecidos no termo de compromisso de estágio;

V. Responsabilizar-se pela elaboração e entrega dos documentos administrativos – termo de compromisso, ficha de registro de frequência - e das atividades pedagógicas exigidas - plano de estágio, projeto de ação e monografia final de estágio;

VI. Comparecer às reuniões e atividades de supervisão propostas tanto pelo orientador quanto pelo supervisor;

VII. Informar-se e cumprir a legislação e demais normatizações de estágio vigentes, no âmbito do MEC, do CNE/CES, da UFPR e das Instituições Campo de Estágios, orientando-se pelos princípios da ética profissional.

Seção V

Da organização e funcionamento

Art. 26º - O estágio curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR – Setor litoral será integralizado pelo cumprimento de 400 horas, distribuídas ao longo do **Parágrafo Único** - A jornada de atividade em estágio não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, podendo ser realizado inclusive nos finais de semana.

Art. 27º - O estagiário deverá permanecer no mesmo campo de estágio, exceto nas situações previstas no artigo 17º deste Regulamento.

Art. 28º - O estagiário poderá mudar de local de Estágio no decorrer do processo, com aprovação da Câmara do Curso, nas seguintes situações:

I. Insatisfação da instituição campo de estágio em relação ao estudante, mediante expressa manifestação das razões à coordenação de estágio;

II. Insatisfação do estudante em relação ao campo de estágio, por ocorrências graves;

III. Constatação, por qualquer um dos sujeitos do processo, de que o Campo de Estágio não oferece condições éticas, técnicas e de aprendizagem para o estagiário, cabendo avaliação conjunta para as devidas providências.

Art. 29º – O estagiário que se encontrar em licença para tratamento de saúde ou licença-maternidade deve cumprir a carga horária semestral prevista para o estágio em período posterior à licença, por meio da reposição das horas, conforme acordado com os supervisores envolvidos e anuência da coordenação de estágio.

Seção VI

Da Documentação

Art. 30º - O Plano de Estágio deverá conter:

- I. Dados de identificação do campo de estágio, orientador pedagógico, supervisor de campo e estagiário;
- II. Atribuições e atividades do estagiário no âmbito da instituição campo de estágio;
- III. Dinâmica e cronograma semestral de supervisão;
- IV. Planejamento de estudo de reconhecimento institucional e plano de leituras que subsidiarão os estudos e intervenções;
- V. Planejamento de elaboração do projeto de intervenção e das monografias de estágio;
- VI. Determinar a forma de registro e validação da frequência;

Parágrafo Único: O plano de estágio é documento individual de cada estagiário obedecendo às regulamentações pertinentes.

Seção VII

Do acompanhamento e avaliação

Art. 31º- O acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do desempenho semestral do estagiário deverão ser realizados conjuntamente pelo supervisor e orientador pedagógico, a partir dos indicadores constantes neste Regulamento e no plano de estágio.

Art. 32º - São critérios para a avaliação do estagiário do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Setor Litoral:

- I. Pontualidade, assiduidade e responsabilidade no cumprimento das atribuições e atividades constantes no plano de estágio;
- II. Capacidade de articulação teórico-prática expressa na intervenção e produção acadêmica do estagiário;
- III. Compromisso ético-político em consonância aos princípios do PPP da UFPR - Setor Litoral e PPC do Curso;
- IV. Habilidade de relacionar-se com os profissionais e alunos que interagem no campo de estágio;
- V. Cumprimento e entrega das atividades solicitadas, respeitando-se as normas da ABNT e os prazos fixados pelo orientador e supervisor;
- VI. Atender ao disposto no artigo 19 deste Regulamento.
- VII. Capacidade revelada no bom desempenho docente do processo pedagógico em todas as fases previstas no estágio;

Art. 33º - A aprovação do estudante nas atividades de estágio, mediante o cumprimento integral dos requisitos de avaliação será registrada nominalmente a cada estudante, sob os conceitos:

- I. Aprendizagem Plena – APL;
- II. Aprendizagem Suficiente – AS;

Art. 34º – O não cumprimento integral dos requisitos de avaliação será registrado sob os conceitos:

- I. Aprendizagem Parcialmente Suficiente – APS;

II. Aprendizagem Insuficiente – AI.

Art. 35º - A carga horária total de estágio cumprida pelo estudante será registrada no respectivo histórico.

CAPÍTULO VII **Das Disposições Finais**

Art. 36º - A obtenção do título de **Licenciado em Educação do Campo** exige o cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento de Estágio Supervisionado obrigatório, devendo os docentes e discentes zelar pela sua aplicação.

Art.37º - Este Regulamento poderá ser revisto por demanda da Coordenação de Estágio ou da Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, a qual tem a atribuição de aprovar suas modificações.

Art.38º - Caberá à Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo resolver os casos omissos.

Art.39º - Esta Regulamentação entrará em vigor após sua aprovação pela Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

DIRETRIZES DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES (AFC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFPR – SETOR LITORAL

A Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral estabelece as normas para as Atividades Formativas Complementares, dispostas abaixo.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente regulamentação segue a Resolução nº 70/04 - CEPE, que dispõe sobre as atividades formativas na flexibilização dos currículos dos cursos de graduação e ensino profissionalizante da UFPR, indicando que as atividades formativas são complementares em relação ao eixo fundamental do currículo, objetivando sua flexibilização e devendo estar contempladas nos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos.

Art. 2º. O espaço das Atividades Formativas Complementares se caracteriza pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando seu caráter interdisciplinar em relação às diversas áreas do conhecimento e respeitando o Projeto Político-Pedagógico Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Art. 3º. O espaço das Atividades Formativas Complementares integra o Mapa Curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sendo obrigatório ao estudante do Curso para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências.

Art. 4º. Ao longo do Curso, o espaço das Atividades Formativas Complementares se desenvolve segundo as indicações dispostas nos Capítulos a seguir, devendo docentes e discentes observar pela sua aplicação.

CAPÍTULO II

DA NATUREZA DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Art. 5º. As Atividades Formativas Complementares têm por objetivo flexibilizar e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, mediante a inserção e participação do estudante em diferentes espaços, projetos e atividades relevantes à sua formação social, política, humana, cultural, científica e profissional.

Art. 6º. Com base na Resolução nº 70/04 - CEPE constituem-se Atividades Formativas Complementares com possibilidade de validação de carga horária curricular as que se apresentam abaixo.

§1º - As atividades estão divididas em grupos de acordo com as suas características, da seguinte maneira:

Tipo da Atividade

Atividades do Grupo I - Participação em eventos acadêmicos e produção bibliográfica (será pontuada no máximo de 60h)

- | | |
|------------|--|
| I | Participação como ouvinte em seminários, jornadas, congressos, eventos, simpósios, cursos e demais atividades afins (Carga horária por evento 5h, até no máximo de 20h); |
| II | Organização de eventos técnico-científicos (carga horária de 15h, máximo de um evento); |
| III | Apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos (Carga horária de cada trabalho 10h – |

- Máximo de 2 trabalho);
- IV** Publicação de artigos em jornais, revistas e outras publicações de interesse (Carga horária de 1h para cada artigo – Máximo de 5 artigos);
- Atividades do Grupo II – Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão (será pontuada no máximo de 90h)**
- V** Estágio não-obrigatório, preferencialmente, relacionado à área científica (Carga horária de cada semestre 5h – Máximo 2 semestres) (Carga horária de cada semestre 5h – Máximo 2 semestre);
- VI** Atividades de monitoria;
- VII** Atividades de pesquisa e iniciação científica (Carga horária de cada semestre 10h – Máximo 2 semestres);
- VIII** Atividades de extensão, registradas na PROEC ou órgão competente (Carga horária de cada semestre 10h – Máximo 2 semestres);
- IX** Participação em projetos de educação formal e/ou informal, presencial e/ou à distância (Carga horária de cada semestre 10h – Máximo 4 semestres);
- X** Participação em programas e

- projetos institucionais (Carga horária de cada semestre 10h – Máximo 2 semestres);
- XI** Participação no Programa Especial de Treinamento (PET) (Carga horária de cada semestre 5h – Máximo 2 semestres);
- XII** Participação em visitas técnicas organizadas pela UFPR (Carga horária de cada semestre 2h – Máximo de 5 visitas).

Atividades do Grupo III – Atividades comunitárias (será pontuada no máximo de 50h)

- XIII** Promoção de atividades esportivas ou culturais devidamente formalizadas (Carga horária de cada atividade 10h – Máximo 3 atividades);
- XIV** Participação em atividades comunitárias e estudantis, CIPAS, brigadas de incêndio, associações escolares e comunitárias, entre outras (Carga horária de cada atividade 10h – Máximo 2 atividades);
- XV** Participação em grupos artísticos ou projetos de formação cultural,

XVI

devidamente formalizados (Carga horária de cada atividade 10h – Máximo 2 atividades);

Participação em atividades esportivas e/ou culturais (exemplos: jogos, cinema, teatro, circo, exposição de arte)* (Carga horária de cada atividade 2h – Máximo 5 atividades)

* Casos em que o estudante assista uma atividade, faz uma sistematização com reflexão e entrega juntamente com o comprovante (ingresso ou outro).

§2º - Será validada a carga horária total que consta no documento comprobatório de cada atividade.

§3º - Para compor as 200h o estudante deve participar de atividades formativas complementares de pelo menos três grupos diferentes.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Art. 7º. As Atividades Formativas Complementares poderão ser desenvolvidas na própria UFPR ou em organizações públicas e privadas, desde que asseguradas às diretrizes desta regulamentação.

Parágrafo Único – Não serão consideradas Atividades Formativas Complementares as atividades realizadas ou vinculadas aos espaços das Interações Culturais e Humanísticas (ICH), Projetos de Aprendizagem ou Fundamentos Teórico-Práticos;

Art. 8º. As Atividades Formativas Complementares deverão ser desenvolvidas dentro do período que vai do ingresso do estudante no Curso até o prazo de

conclusão, conforme definido no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 9º. Ao estudante é obrigatório o cumprimento da carga horária mínima de 200 (duzentas) horas em Atividades Formativas Complementares.

§1º - Ao final do 4º (quarto) semestre do Curso, o estudante deverá apresentar o cumprimento das primeiras 100 (cem) horas.

§2º - Ao final do 8º (oitavo) semestre do Curso, o estudante deverá apresentar o cumprimento das demais 100 (cem) horas.

§3º - Caso o estudante não tenha cumprido as Atividade Formativas Complementares até 4º (quarto) semestre, deverá fazê-lo até 8º (oitavo) semestre, totalizando a carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.

CAPÍTULO

DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS COMPLEMENTARES

Art. 10. Serão aceitos como comprovantes para validação das Atividades Formativas Complementares certificados e declarações formais em que constem a carga horária oficial da atividade ou a programação como forma de mensurar a carga horária.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente. **§2º** - O estudante deverá apresentar o original e entregar uma cópia reprográfica de cada certificado e/ou comprovante das Atividades Formativas Complementares ao Protocolo, nos prazos estipulados pela Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Parágrafo Único - Nenhum documento será recebido fora do prazo.

Art. 11º. A Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo designará Comissão composta por 3 (três) docentes membros da Câmara, que realizará a validação dos documentos apresentados pelos estudantes.

§1º - A Comissão deverá validar ou não, de acordo com essa normativa, e registrar em formulário próprio as Atividades Formativas Complementares apresentadas por cada estudante assim como atribuir os conceitos:

§2º - Ao final do processo, a Comissão deverá encaminhar a Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo o resultado final do processo, e a Unidade de Gestão Acadêmica o resultado final do processo e as cópias para serem arquivadas junto ao registro acadêmico do estudante.

CAPÍTULO V DOS DEVERES DO ESTUDANTE

Art. 12º. Ao estudante regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPR – Setor Litoral compete:

- I. Informar-se sobre esta Regulamentação e sobre as atividades oferecidas dentro ou fora da UFPR que propiciem validação como Atividades Formativas Complementares;
- II. Inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III. Providenciar a documentação comprobatória relativa à sua participação efetiva nas atividades;
- IV. Entregar a documentação necessária para a validação das Atividades Formativas Complementares, dentro do prazo estipulado pela Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do estudante observar e controlar o cumprimento da carga horária em Atividades Formativas Complementares;

Art. 13º. Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Formativas Complementares, nos casos em que tais atividades já tenham sido incorporadas para atribuição de outra titulação de nível superior.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14º. Caberá à Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo resolver os casos omissos.

Art. 15º. Esta Regulamentação entrará em vigor após sua aprovação pela Câmara do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Art.1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída por módulos/unidades curriculares dos currículos do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 2º. - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

§ 1.º - O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica, relato de experiência, artigo publicado ou para publicação e/ou tecnológica aplicada.

§ 2.º - É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação ou licenciatura.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I - DA CÂMARA DO CURSO

Art. 3º - Compete a Câmara do Curso:

I - Indicar o professor responsável pelo TCC, doravante denominado Professor Responsável, que se encarregará pelas ações do processo ensino-aprendizagem do Trabalho de Conclusão de Curso.

II - Providenciar, em consonância com o Professor Responsável, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.

III - Homologar as decisões referentes ao TCC.

IV - Estabelecer, em consonância com o Professor Responsável, normas e instruções complementares no âmbito do curso.

Seção II – DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC

Art. 4º. - Compete ao Professor Responsável pelo TCC:

I - Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC.

II - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento em avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto inicial, apresentação parcial, quando houver e defesa final.

III - Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao TCC.

IV - Promover reuniões de orientação e acompanhamento com os estudantes que estão desenvolvendo o TCC.

V - Definir, juntamente com a Câmara do Curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do TCC.

VI - Promover, juntamente com a Câmara de Curso, a integração com a Pós-Graduação e organizações, de forma a levantar possíveis temas de trabalhos.

VII - Constituir as bancas de avaliação dos TCC.

Seção III - DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art.5º - O acompanhamento dos alunos no TCC será efetuado por um Professor Orientador, que pode ser indicado pelo estudante, professor responsável ou Câmara do Curso.

§ 1.o - Poderá ter co-orientadores por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho.

Art. 6º - Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa(s) e entregue ao Professor Responsável, até 60 (sessenta) dias antes da data prevista para o Seminário de Apresentação Final.

Parágrafo único - Caberá a Câmara do Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 7º - Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do projeto até a defesa e entrega da versão final da monografia ou/e artigo.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes.

III - Participar da banca de avaliação final.

IV - Efetuar a revisão dos documentos e componentes do TCC, e autorizar os estudantes a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

V - Acompanhar as atividades de TCC desenvolvidas nas empresas, escolas públicas ou em organizações.

VI - Indicar, se necessário, ao Professor Responsável a nomeação de coorientador.

Seção IV - DOS ESTUDANTES

Art. 8º - São obrigações do(s) Estudante(s):

I - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa, relato de experiência, e monografia/artigo do TCC em conformidade com este Regulamento.

II - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Professor Responsável e pelo Professor Orientador.

III - Participar das reuniões periódicas de orientação com o Professor Orientador do TCC.

IV - Participar das reuniões periódicas com o Professor Responsável pelo TCC.

V - Participar de todos os seminários referentes ao TCC.

VI - Entregar ao Professor Responsável pelo TCC a monografia/artigo corrigida (de acordo com as recomendações da banca examinadora) nas versões impressa e eletrônica, incluindo arquivos de resultados experimentais.

X - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Câmara do Curso.

XI- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio.

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E ACOMPANHAMENTO

Seção I - DA MATRÍCULA

Art.9º - Somente apresentará seu trabalho nos seminários de avaliação de TCC o estudante efetivamente matriculado nesta instituição de ensino.

Art. 10 - Os alunos que pretendam desenvolver o TCC no exterior ou em instituição conveniada, dentro dos programas de intercâmbio institucional, deverão apresentar proposta de trabalho para prévia aprovação pela Coordenação.

§ 1.o - A proposta de trabalho de que trata o caput deste artigo deverá ser acompanhada de parecer do Professor Orientador da instituição conveniada onde o estudante desenvolverá o trabalho.

CAPÍTULO IV

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 11º - Deverá(ão) obrigatoriamente ser entregue(s) ao Professor Responsável como documentação final do TCC, cópias da monografia e/ou produtos, documentos exigidos em normas complementares, na(s) forma(s) impressa(s) e/ou eletrônica(s).

§ 1º - A monografia deverá obrigatoriamente obedecer aos padrões estabelecidos pela UFPR para apresentação de trabalhos acadêmicos.

§ 2º - As monografias possuirão folha de aprovação na qual constarão, no mínimo, as assinaturas dos membros da banca e do Coordenador do Curso.

Art. 12º - A UFPR - Setor Litoral reserva-se o direito de disponibilizar as monografias em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet.

Parágrafo único - Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via monografia disponibilizada na biblioteca e na Internet.

Art. 13º - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela Câmara do Curso em Licenciatura em Educação do Campo.

8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.*

_____. Congresso Nacional. *Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001*

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Resolução nº 1 de 03 de abril de 2002.*

_____. **Projeto Base: Projovem Campo Saberes da Terra. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada Com Qualificação Social E Profissional Para Agricultores (As) Familiares. Brasília, 2008.**

BOF, Alvana Maria (Org). **A Educação do Brasil Rural.** INEP. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. *In.* MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia

Meire Santos Azevedo de. (Orgs) **Educação do Campo**: contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. Brasília, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. *In.* KOLLING, Edgar Jorge (Org.) **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Coleção por uma Educação do Campo, nº 4. Brasília, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. *In.* MOLINA, Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília, 2005.

GHEDINI, C. M.; PARMIGIANI, J.; GOBO, P. R. **Articulação Paranaense: “Por uma Educação do Campo”** – Caderno 1 – A História da Articulação – Porto Barreiro: PR, 2000.

PARANA. **Secretaria de Estado da Educação**. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Paraná: 2006.

PARANÁ. Caderno temáticos da diversidade: as escolas públicas do campo no Estado do Paraná: Uma identidade em construção. Curitiba, 2010.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Principais Problemas e Desafios da Educação do Campo no Brasil e no Paraná. *In.* **Cadernos Temáticos: Educação do Campo**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. SEED, Curitiba, 2005.

SEED - Secretaria de Estado da Educação do Paraná; Superintendência da Educação; Departamento da Diversidade; Coordenação da Educação do Campo. **Censo Escolar 2008**. Curitiba, PR, 2008.

SOUZA, Maria Antônia de Souza. **A produção do conhecimento em Educação do**

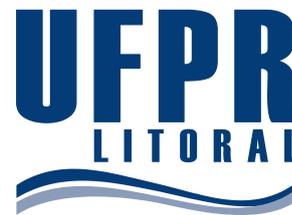
Campo: dos Movimentos Sociais à Universidade. Curitiba: 2009 (mimeo).

SOUZA, Maria Antônia de Souza. **O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas.** Curitiba: 2009b (mimeo).

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Editores Autores Associados, 2002.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



ANEXOS